



Relatório e Contas 2013

Assembleia Geral de 31 de Março de 2014



Conteúdos

Indicadores Relevantes	1
Mensagem do Presidente	2
Enquadramento Macroeconómico	5
Governo Societário	7
<i>Compliance</i> e Gestão de Riscos	11
Auditoria Interna	12
Organização	13
Recursos Humanos	16
Planeamento e Controlo de Gestão	19
Negócio	20
Sistemas de Informação	25
Logística	27
Análise Financeira	28
Considerações Finais	33
Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício	34
Anexos	35
Demonstrações Financeiras	36
Anexo às Demonstrações Financeiras	41
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	111
Certificação Legal de Contas	113

INDICADORES RELEVANTES

Indicadores Relevantes

		31.12.2013*	31.12.2012**
	Ativo Líquido	318.074.608 €	296.107.982 €
Dimensão	Colaboradores Ativos (N.º)	92	99
	Balcões (N.º)	13	13
Atividade	Crédito (Bruto) a Clientes	195.947.265 €	180.701.548 €
	Recursos de Clientes	285.433.475 €	260.752.361 €
Solvabilidade***	Rácio de Adequação de Fundos Próprios	10,8%	11,2%
	Excedente de Fundos Próprios	4.376.294 €	6.237.980 €
	Rácio Core Tier I	10,9%	10,8%
Qualidade do Crédito***	Crédito com Incumprimento / Crédito Total	1,9%	1,9%
	Crédito com Incumprimento, Líquido / Crédito Total, Líquido	0,3%	0,6%
	Crédito em Risco / Crédito Total	4,7%	5,2%
	Crédito em Risco, Líquido / Crédito Total, Líquido	3,2%	3,9%
Rendibilidade***	Produto Bancário	9.103.473 €	6.507.966 €
	Resultado Líquido	1.701.113 €	1.169.324 €
	Resultados Antes de Impostos / Ativo Líquido	67,6%	36,6%
	Resultados antes de Impostos / Ativo Líquido Médio	0,7%	...
	Produto Bancário/tivo Líquido	2,9%	2,2%
	Produto Bancário / Ativo Líquido Médio	3,0%	...
	Resultados Antes de Impostos / Capitais Próprios	8,3%	4,4%
	Resultados Antes de Impostos / Capitais Próprios Médio	8,6%	...
Eficiência***	(Custos de Funcionamento + Amortizações) / Produto Bancário	60,4%	78,0%
	Custos com Pessoal / Produto Bancário	36,1%	47,6%
Transformação e Liquidez***	Rácio Crédito / Depósitos	68,9%	69,4%
	(Crédito Total - Provisões/Imparidade Acumulada para Crédito) / Depósitos de Clientes	67,9%	68,5%
	Liquidez a 12 Meses	154.596.323 €	160.153.950 €

* Indicadores calculados assumindo a aprovação de resultados.

** Indicadores calculados tendo por base as contas de 2012 aprovadas.

*** Indicadores calculados tendo por base as Instruções 22/2011 e 23/2012 do Banco de Portugal.

Mensagem do Presidente

Caros Irmãos,

Foi enquadrada no processo de construção e consolidação do projeto Europeu que a Caixa Económica da Misericórdia - adiante designada por CEMAH ou Instituição -, desenvolveu a sua atividade bancária em 2013, naturalmente sujeita a impactos externos, às contingências da economia nacional em todas as suas vertentes e, também, à particular realidade insular.

Os sinais de inversão da crise instalada e duradoura com que Portugal se debate nos últimos anos e o aproximar do término do Programa de Assistência Económica e Financeira em que o país se encontra, previsto para maio próximo, constituem indícios promissores que conferem à sociedade portuguesa um moderado otimismo quanto aos desafios futuros.

Era, efetivamente, inevitável a implementação do Programa da *troika*, não obstante o figurino assumido, muito embora se reconheça que o custo social e económico associado ultrapassou o limite do expectável e, até, do razoável. A concentração de esforços de reequilíbrio do défice público, atuando mais nos rendimentos do que na reorganização e racionalização do Estado, transformou-se numa solução tecnicamente discutível e fortemente penalizadora da designada economia real.

Vivemos atualmente num mundo extremamente competitivo, com realidades demográficas bastante distintas, com dúvidas sistemáticas relativamente aos modelos de sustentação social, com crescimentos económicos acentuadamente díspares, colocando a responsabilidade do crescimento mundial em espaços alargados com características claramente distintas e, provavelmente, inconciliáveis.

É, ainda, hoje consensual que o processo de alargamento da União Europeia aos 27 países se processou a um ritmo excessivamente célere, muito assente em decisões de âmbito político, descurando a indispensável harmonização das políticas comunitárias, nas óticas orçamental, fiscal, ambiental e laboral.

A crise ensinou-nos, também, que vivemos numa união monetária imperfeita, alertando-nos para a necessidade de criação de mecanismos de intervenção no sistema bancário Europeu, fortalecendo-o e contribuindo para uma melhor credibilização e competitividade da moeda única.

O sentido é a criação de uma solução que vá de encontro a mais e melhor Europa.

Portugal, em 2013, vivendo em mercado aberto, privilegiou a função financeira em detrimento da económica, tendo conseguido fixar a dívida pública Portuguesa em níveis de valoração muito aceitáveis, com taxas de juro

MENSAGEM DO PRESIDENTE

tendencialmente decrescentes, que transmitiram aos mercados sinais evidentes e determinantes de confiança. A função económica, muito suportada num exemplar contributo do setor exportador, registou indícios de crescimento, em alinhamento com o todo Europeu, incutindo algum positivismo ao tão desejável processo de retoma. É importante, contudo, que não nos iludamos, sendo certo que falta ainda percorrer um longo caminho, inevitavelmente em ambiente de insatisfação social e de elevado nível de desemprego.

Os grandes bancos portugueses apresentaram, na sua grande maioria, um consolidado de resultados negativos sem precedente histórico, refletindo as imparidades da sua política de concessão de crédito e os desajustamentos dos seus balanços em termos de depósitos e crédito, bem como os impactos da exposição assumida de risco com setores problemáticos da atividade económica e de opções de investimento externo que se revelaram pouco viáveis. Graças à intervenção do Banco Central Europeu no processo de recapitalização dos bancos, que permitiu resolver o grave problema de desequilíbrio dos rácios de capital, e à implementação complementar de planos de reestruturação, o setor bancário Português obteve, nota positiva no sentido da sua sustentabilidade. São, ainda, expectáveis, no entanto, movimentos no sentido da fusão ou da transformação de instituições financeiras.

A Região Autónoma dos Açores viveu este enquadramento macroeconómico de uma forma mais moderada, sabido que possui uma autonomia constitucional que faculta instrumentos de gestão administrativa, económica, financeira e social, capazes de absorver e minimizar os efeitos do todo Nacional. Não obstante, não ficou imune à desaceleração económica, ao desemprego, ao abaixamento dos níveis de investimento e, acima de tudo, à desmotivação e preocupação quanto ao futuro do País e da Região. É, porém, partilhada a convicção de que com um bom esforço coletivo a Região ultrapassará, sem grandes danos, a conjuntura desfavorável que atravessa e continuará a convergir para os indicadores de desenvolvimento Europeus e Nacionais.

Tem sido uma constante na Instituição a prossecução de uma estratégia conservadora de crescimento orgânico, a adoção de uma gestão centrada em critérios de análise custo/benefício e a atuação comercial potenciada pelo conhecimento direto do mercado e assente no estudo e valorização permanente do seu histórico leque de clientes. Manteve-se, no ano em análise, premente a prioridade estabelecida de implementação de um sistema de informação moderno, eficiente e robusto, capaz de suportar e impulsionar uma oferta de produtos e serviços consubstanciada na tradicional, personalizada e flexível forma da CEMAH estar no mercado.

Foi, assim, que se registou um crescimento nos depósitos de 9% e do crédito concedido de 8% - valores francamente notáveis -, apresentando um rácio de cobertura de crédito sobre depósitos de 68,9% - exemplar no sistema bancário Português.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A aplicação dos nossos recursos direcionou-se para produtos financeiros bastante conservadores, muitos deles detidos até à maturidade - permitindo rendibilidades anuais interessantes e mitigação do risco. Foram refletidas nas contas as imparidades resultantes dos modelos regulatórios em vigor, qualificando a base total do nosso crédito concedido, tornando-a realista enquanto pilar de produção de proveitos bancários.

Os recursos humanos que compõem a CEMAH foram geridos numa procura permanente de aperfeiçoamento profissional e de níveis crescentes de qualificação, promovendo a transmissão progressiva de conhecimentos a todo o universo e fortalecendo a cultura institucional.

A aposta da Instituição foi fortemente dirigida para a melhoria da performance das áreas de Compliance e Risco, de Auditoria Interna e de Controlo Interno, instrumentos fundamentais da gestão e supervisão comportamental e prudencial, com a Organização a ser preparada para dar resposta não só às atuais exigências regulamentares emanadas pelo Banco de Portugal como às dos próximos anos, já em ambiente do Banco Central Europeu.

A combinação de todas estas práticas traduziu-se num importante crescimento da atividade durante o ano em análise, bem como na dilatação do resultado produzido, contrariando assim a tendência generalizada de deterioração de resultados vividos no setor bancário nacional.

O resultado líquido a distribuir em 2013, no montante de 907 milhares de Euros, foi afetado pelas obrigações da CEMAH perante o Fundo de Pensões e pela imposição fiscal em sede de IRC, que orçou em 449 milhares de Euros - valor muito significativo para a coleta regional e com efeito redistributivo na sociedade Açoriana.

É com bastante satisfação que a CEMAH propõe distribuir à Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH) um dividendo significativo, fundamental para o cofinanciamento do seu plano de investimentos e/ou auxílio das suas valências de cariz prioritário.

Uma palavra de profundo agradecimento a todos aqueles que elegeram a CEMAH como sua parceira financeira, reconhecendo a sua solidez, capacidade de resposta, modernidade e forma solidária de estar no mercado.

Um especial obrigado aos órgãos sociais cessantes pela partilha do nosso Plano Estratégico e disponibilidade sempre demonstrada, bem como ao nosso quadro de recursos humanos e consultores que diariamente colaboram na promoção da concretização dos objetivos propostos.

A consciência do progressivo processo de crescimento e afirmação em que a Instituição se encontra, do reconhecido grau de satisfação dos nossos clientes, do esforço de modernidade dos serviços disponibilizados e da qualidade dos seus recursos humanos, legitimam a nossa aspiração de podermos ser o Banco de todos os Açorianos.

Carlos Raulino

Enquadramento Macroeconómico

Em 2013 a economia portuguesa deu seguimento ao ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas, processo que determinou a adoção de um conjunto de medidas de consolidação orçamental e uma desalavancagem ordenada do setor privado, os quais ditaram um forte retraimento da procura interna. A prossecução do Programa de Assistência Económica e Financeira decorreu num enquadramento internacional desfavorável, caracterizado por um fraco crescimento da economia mundial - em resultado de uma desaceleração marcada das economias emergentes e de um débil desenvolvimento nas economias avançadas, incluindo uma contração na área do euro -, por elevada incerteza, pela fragmentação dos mercados financeiros e por uma política monetária global acomodatória. Não obstante, as exportações revelaram um desempenho assinalável.

Registou-se uma correção notável dos desequilíbrios económicos internos e externos, com destaque, em particular, para a transição para uma capacidade líquida de financiamento da economia portuguesa (que passou de -0,1% em 2012, para 2,0% em 2013), traduzida num saldo positivo da balança corrente e de capital, para uma consolidação estrutural muito significativa das contas públicas, bem como para uma reafetação setorial de recursos no sentido dos setores de bens e serviços transacionáveis.

O processo de ajustamento tem envolvido custos expressivos ao nível da atividade e do emprego, custos ampliados, face a anteriores processos de ajustamento da economia portuguesa, no atual contexto, pela natureza sistémica da crise financeira internacional e pela crise da dívida soberana na área do euro.

Concretizando, a atividade económica em Portugal regrediu em 2013, com o Instituto Nacional de Estatística (INE) a apontar para uma diminuição do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,4 pontos percentuais (p.p.) em volume (tendo variado -3,2% no ano anterior). De acordo com a mesma fonte, a redução menos acentuada do PIB em 2013 (face a 2012) resultou do contributo menos negativo da procura interna (que passou de -6,9% em 2012, para -2,6%), refletindo a evolução no mesmo sentido do consumo privado e, em menor grau, do Investimento. O contributo da procura externa líquida para a variação do PIB diminuiu (passando de 3,7 para 1,2 p.p.), devido ao crescimento das importações de bens e serviços.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Os níveis de desemprego mantiveram-se seriamente elevados, com o INE a avançar uma taxa de desemprego para o 4º trimestre de 2013 de 15,3% (valor inferior, contudo, em 1,6 pontos percentuais ao estimado para o trimestre homólogo de 2012).

A taxa de inflação média anual caiu de 2,8% em 2012 para 0,3% em 2013, como consequência da dissipação dos efeitos decorrentes de medidas fiscais e do aumento dos preços de alguns bens e serviços administrados sobre a inflação em 2012. A manutenção de baixas pressões inflacionistas é o reflexo da uma forte moderação salarial decorrente do ambiente recessivo e das condições prevalecentes no mercado de trabalho. Além disso, a moderação da procura mundial impôs também uma queda dos preços das matérias-primas e das importações de bens não energéticos.

Apesar do tremendo esforço coletivo envolvido, Portugal terminou o ano com um défice provisório de 4,4%, cumprindo o limite estabelecido.

Ao nível da Região Autónoma dos Açores, e segundo o Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA), a taxa de desemprego regional anual situava-se, no final de 2013, nos 17,0% - logo, acima da média nacional, apresentando a Região uma taxa média anual de inflação de 1,9% (o que corresponde a uma diminuição de 1,0 p. p. relativamente ao ano de 2012) e um défice orçamental de 0,2% do PIB - a atestar, sem dúvida, o que tem sido o excelente desempenho relativo das finanças públicas regionais no contexto do País.

O setor dos serviços terá continuado a registar comportamento positivo na Região, atendendo à evolução da venda de automóveis ligeiros e do turismo – com o número de dormidas nos estabelecimentos a engrossarem 10,4% em 2013 e a cifrarem-se em 1.054 milhares de Euros, 35,5% das quais de residente no país.

Ao nível do setor primário há indícios de um desempenho desfavorável no Arquipélago, a avaliar pela evolução negativa do leite entregue nas fábricas (que verificou um decréscimo anual de 5,3%) e da saída de peixe fresco da RAA, via aérea (que contraiu 9,8%), apesar do setor da carne bovina ter evoluído positivamente (assinalando uma expansão de 9.8%)

No setor secundário, o leite para consumo descreveu uma variação de 4,9 pontos percentuais.

Foi com esta moldura económica regional, nacional e internacional que a CEMAH desenvolveu a sua atividade em 2013.

Governo Societário

A CEMAH adota o modelo de governação monista, vulgarmente conhecido como modelo “latino reforçado”, o qual é constituído pelo Conselho de Administração, pelo Conselho Fiscal e pelo Revisor Oficial de Contas.

Os Órgãos Sociais da CEMAH - propriedade da SCMAH (e cuja Mesa Administrativa é presidida pelo Senhor Provedor António Bento Fraga Barcelos - são a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Conselho de Administração, eleitos trienalmente em Assembleia Geral, cuja composição no triénio 2014/2016 abaixo se apresenta.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Álvaro Pereira Silva Leal Monjardino

Fernando Gastão Sieuve Meneses

Pedro Nuno Teixeira Corvelo

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um Presidente, um primeiro Secretário e um segundo Secretário. A esta compete dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e, designadamente, decidir sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais, e conferir posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Manuel Brasil da Silva Raulino

José Mancebo Soares

António Gabriel Fraga Martins Maio

O Conselho de Administração da CEMAH compõe-se por um Presidente, um Vice-presidente e um Secretário, competindo-lhe assegurar que a CEMAH executa toda a sua atividade de negócio de acordo com a estratégia desenvolvida para concretizar a sua visão e missão, tendo em conta a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e em conformidade com todos os requisitos legais. É, também, responsável por garantir que a

atividade da CEMAH é devidamente comunicada à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao ROC e a todas as entidades externas reguladoras.

CONSELHO FISCAL

Nuno Alberto Lopes Melo Alves

José Humberto Farinha de Melo

José Carlos Simões Ferreira

O Conselho Fiscal da CEMAH é formado por um Presidente, um Secretário e um Vogal.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Encontra-se designada para o cargo de Revisor Oficial de Contas para o triénio 2014/2016 a sociedade de Revisores Oficiais de Contas *PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda.*

As competências dos órgãos de fiscalização são as que decorrem da lei, competindo adicionalmente, ao Conselho Fiscal, nos termos do compromisso da SCMAH, emitir parecer sobre o relatório, contas e orçamento, bem como sobre todos os assuntos que o órgão executivo submeta à sua apreciação.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Tendo em consideração a publicação da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, e do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal e os seus Estatutos, foi definida e aprovada em Assembleia Geral de 12-11-2012 a política de remuneração para os Órgãos de Administração e Fiscalização da CEMAH, assente nos seguintes aspetos principais:

1. Os membros efetivos do Conselho de Administração da CEMAH recebem uma gratificação fixa que é definida, segundo os art.º 9º e 30º, alínea d) dos seus Estatutos, em reunião plenária, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e representante da Mesa Administrativa da SCMAH.
2. Os membros não efetivos do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração.
3. A nenhum órgão social é atribuída qualquer remuneração variável.

O texto integral da política de remunerações dos Órgãos Sociais encontra-se disponível em www.cemah.pt.

A gratificação do Conselho de Administração da CEMAH é definida segundo os art.º 9º e 30º, alínea d), dos seus Estatutos, em reunião conjunta do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Representante da Mesa Administrativa da SCMAH.

Em 2013, os valores aprovados para os membros do Conselho de Administração (Carlos Manuel Brasil da Silva Raulino, José Mancebo Soares e Leonildo de Garcia Vargas), foram de 40.021,65 Euros anuais individuais, perfazendo um total global de 120.063,30 Euros.

Os membros do Conselho Fiscal (Marco André Forjaz Rendeiro, Nuno Alberto Lopes Melo Alves e José Humberto Farinha de Melo) têm uma gratificação sob a forma de senhas de presença (art.º 13º e art.º 30º alínea b) dos estatutos), anual individual de 2.394,24 Euros, num total global de 7.182,72 Euros.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES DOS COLABORADORES (N.º2, ART. 1.º DO AVISO N.º 10/2011 DO BANCO DE PORTUGAL)

No cumprimento das disposições do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal é divulgada a informação seguinte, relativa à política de remuneração dos colaboradores da CEMAH:

1. Os colaboradores abrangidos pelo n.º 2 do artigo 1.º do Aviso n.º 10/2011 do Banco de Portugal auferem uma remuneração fixa, materializada em 14 pagamentos por ano, de acordo com as condições dispostas no ACT do sector bancário.
2. Poderá ser atribuída anualmente, em função dos resultados do exercício e por decisão do Conselho de Administração, uma remuneração variável, suportada num processo de avaliação de um conjunto de competências, a qual corresponde apenas a um prémio de desempenho.
3. A quantificação do referido prémio tem por base a avaliação do desempenho internamente definida, aprovada e divulgada, sendo aplicada de forma semelhante à generalidade dos colaboradores.
4. No caso das funções de controlo a componente variável, depende apenas da avaliação do desempenho individual dos colaboradores que as exercem e nunca da avaliação do desempenho financeiro da área de negócio em que estes desenvolvem as suas funções de controlo.
5. O Conselho de Administração valida os resultados finais da avaliação de desempenho efetuada pela hierarquia direta dos colaboradores.
6. O prémio atribuído assume sempre a forma pecuniária, suportando-se no resultado do ano transato.

REMUNERAÇÕES DOS COLABORADORES EM 2013

FUNÇÕES	REMUNERAÇÃO FIXA	REMUNERAÇÃO VARIÁVEL	BENEFICIÁRIOS (N.º)
Diretores	270.234 €	13.886 €	5
Gerentes > nível 12	104.180 €	6.150 €	3
Funções de Controlo	57.722 €	3.936 €	2
Total			10

Compliance e Gestão de Riscos

A atividade das funções de *Compliance* e Gestão do Risco continuou a desenvolver-se com base nos processos já implementados, carecendo de adaptação em permanência tanto às alterações regulamentares e legislativas, como à situação económico-financeira do país, da Europa e internacional.

Neste contexto de permanente ajustamento aos fatores externos do setor em que atua, são de destacar as principais ações levadas a cabo por tais funções no ano de 2013:

COMPLIANCE

- Reforço dos procedimentos de análise de transações no âmbito da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo e respetivo controlo;
- Criação da Unidade de *Compliance*, área de apoio operacional ao nível da divulgação e interpretação de legislação e regulamentação, elaboração e revisão de minutas de contratos em conformidade com a legislação aplicável, emissão de pareceres jurídicos, gestão de reclamações e preparação de registos junto de entidades externas;
- Emissão do primeiro boletim informativo de *Compliance*, com o objetivo de introduzir gradualmente esta temática no quotidiano dos colaboradores da CEMAH;
- Prestação de apoio no âmbito de diversos projetos informáticos em curso, designadamente de faturação, migração para a SEPA, novo módulo de gestão da carteira de crédito, no sentido de assegurar a conformidade com a legislação e regulamentação aplicáveis.

GESTÃO DE RISCOS

- Emissão da comunicação periódica sobre risco operacional no sentido de inculcar a cultura de gestão do risco transversalmente na instituição;
- Revisão da metodologia e respetivos procedimentos subjacentes ao Modelo de Imparidade da carteira de crédito, de modo a otimizar os resultados obtidos e cumprir com as exigências regulamentares;
- Elaboração de matriz de riscos e controlos abrangente a todos os processos da instituição; e
- Apoio na definição das necessidades de desenvolvimento informático para implementação e cumprimento das exigências de Basileia III/CRD IV, nomeadamente dos novos reportes uniformizados COREP/FINREP.

Auditoria Interna

Conforme objetivos traçados, a Auditoria Interna realizou, em 2013, múltiplas atividades de identificação, análise e controlo no âmbito do Processo de Controlo Interno, devidamente enquadradas nas orientações estratégicas definidas no Plano Estratégico da CEMAH e sempre direcionadas para a deteção de deficiências e, para além disso, para o aperfeiçoamento de todos os processos e procedimentos internos, para a promoção de uma maior eficácia dos controlos, para a potenciação das melhores práticas profissionais, para o enraizamento do rigor, da disciplina e da ética profissionais e para a valorização profissional e pessoal dos colaboradores CEMAH – enquanto vetores críticos da sustentabilidade da Instituição.

Das atividades desenvolvidas, destacam-se:

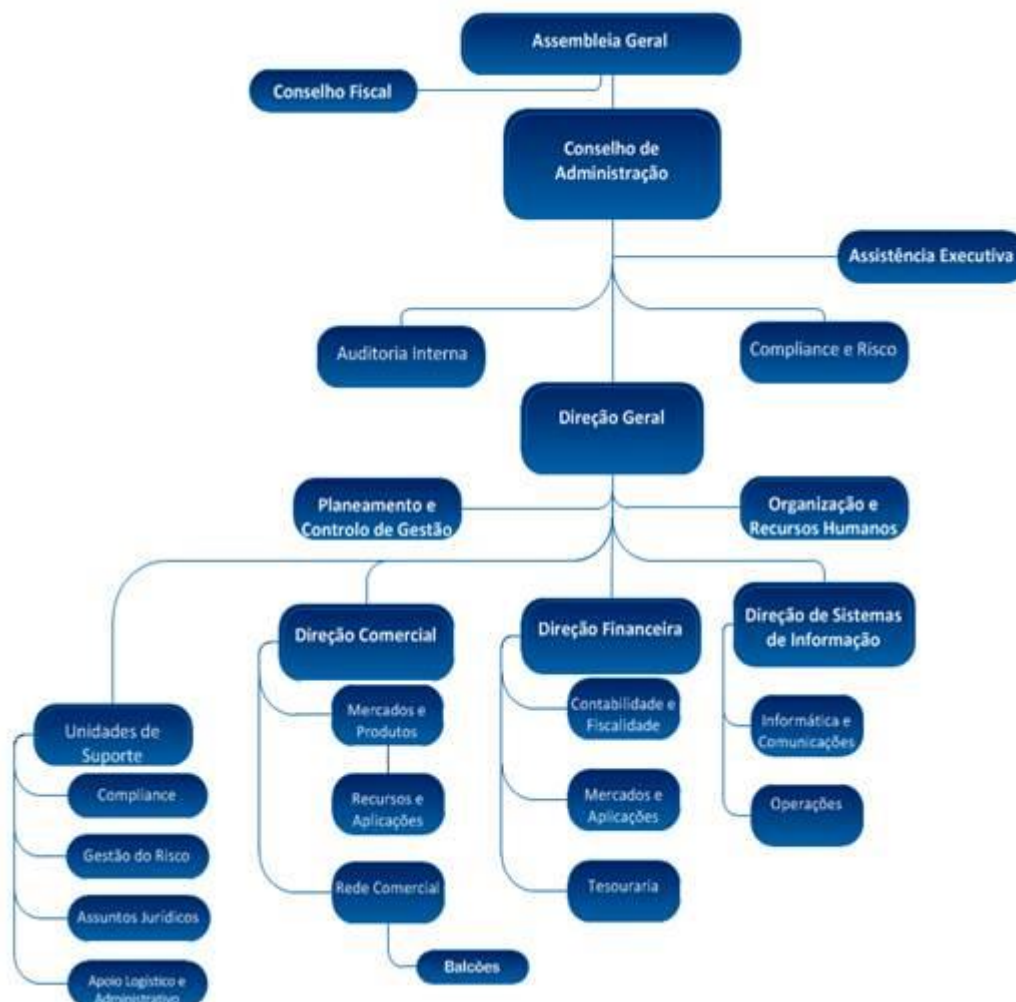
- a visita e a realização de trabalhos em 9 dos 13 balcões da Instituição (Sede, Calheta, Horta, Velas, Centro de Clientes, São Mateus, Biscoitos, Ponta Delgada e Hospital), que contribuíram para alcançar o objetivo estabelecido para o biénio 2012-2013 de alargar a ação da Área a todos os balcões;
- a realização de diversos balanços de controlo aos valores em existência nas tesourarias e nos caixas, nomeadamente os realizados em cada semestre à tesouraria central e a todos os caixas dos balcões visitados pela Auditoria Interna;
- os trabalhos realizados na Contabilidade, para efeitos de análise e controlo dos processos e dos procedimentos diretamente relacionados com a importação de dados da aplicação bancária e a sua integração contabilística no programa Primavera, com as reconciliações bancárias, com os controlos dos saldos na Contabilidade e dos extratos das contas CEMAH em OIC e com os arquivos físicos e eletrónicos de suporte a esses processos; e
- a elaboração de um novo Plano Multianual de Atividades da Auditoria Interna mais abrangente, visando a cobertura integral das áreas chaves da CEMAH, com referência ao triénio 2014-2016.

É de frisar que todas as atividades desenvolvidas respeitaram as estratégias pré-definidas pela Gestão, as práticas profissionais inerentes à atividade de Auditoria Interna (recomendadas pelo *Institute of Internal Auditors*) e, naturalmente, a legislação em vigor.

Organização

ESTRUTURA ORGÂNICA

No segundo trimestre de 2013 foi aperfeiçoado o Organigrama da Instituição, com o objetivo de conferir relevância orgânica a áreas de extrema importância no Sistema de Controlo Interno da CEMAH. Para o efeito individualizaram-se as unidades de suporte dependentes diretamente da Direção Geral, aumentando-se, deste modo, o grau de responsabilização das mesmas.



ORGANIZAÇÃO

Neste âmbito, as áreas operativas do Compliance e do Risco sofreram um *empowerment*, como reflexo do reconhecimento da criticidade das funções que desempenham, com o propósito último de assegurarem a conformidade da CEMAH perante terceiros e dos seus colaboradores perante a Instituição - relativamente a todos os normativos legais e deveres a que se encontram sujeitos -, bem como a execução eficaz das atividades de gestão de risco - nomeadamente de planeamento, identificação, avaliação e monitorização - de acordo com as necessidades da Instituição.

Também as áreas Administrativa, Logística e Jurídica foram objeto de alteração, com as primeiras a serem aproximadas, no sentido de potenciar sinergias entre ambas. Ao nível jurídico importa referir que em 2013 a sua área de intervenção focou-se na assessoria jurídica prestada ao Conselho de Administração e à Direção Comercial na execução das suas responsabilidades na vertente comercial, garantindo o adequado enquadramento jurídico e regulatório. Ao mesmo tempo, a vertente litigiosa, compreendendo a gestão do contencioso da CEMAH, passou para regime de *outsourcing*, regime sob o qual são prestados todos os pareceres eventualmente solicitados sobre matérias do direito civil, obrigacional, bancário, real, laboral, administrativo, penal e contraordenacional.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Enquanto pilar da sustentabilidade da Instituição, o Sistema de Controlo Interno foi objeto de monitorização permanente e melhorias contínuas, com os processos da CEMAH a serem sujeitos a auditorias tanto externas como internas – asseguradas, neste último caso, pelo *Compliance* e Risco e pela Auditoria Interna.

Há, também, a evidenciar a intervenção do Conselho Fiscal na deteção de deficiências no âmbito da sua ação fiscalizadora. Em resultado de todo o empenho dirigido ao fortalecimento do Sistema de Controlo Interno, verificou-se em 2013 um decréscimo de 22% de deficiências detetadas relativamente ao ano anterior.

É de notar, ainda, que o relatório anual sobre a adequabilidade do Sistema de Controlo Interno foi entregue ao Órgão Supervisor na data e nos moldes estabelecidos.

QUALIDADE

Foi dada continuidade ao projeto de correção global da documentação do modelo organizacional, procedendo-se a atualizações e à inserção de aperfeiçoamentos. Foi, especificamente, revista e/ou alterada a seguinte documentação:

- Esquema de Gestão por Processos: objeto de revisão em novembro de 2013, destacando-se a introdução, em conformidade com a norma internacional da ISO 9001:2000, do tipo de processo “monitorização e melhoria”. Este tipo de gestão por processos visa a integração dos conceitos de melhoria contínua e reengenharia dos procedimentos da organização, a deteção de oportunidades de redução de custos e otimização de recursos, a clarificação da cadeia de comunicação – promovendo um aumento da eficácia – e, ainda, a sinergia organizacional.
- Descritivo de Funções: ferramenta onde se encontram definidos, em termos latos, o objetivo das diversas funções, bem como o âmbito das suas atuações - revista integralmente, a par do código de funções da CEMAH, por forma a adequá-lo às funções existentes e às atividades efetivamente exercidas.

Sob processo contínuo, foram, também, sujeitos a atualização os Manuais de Procedimentos e de Responsabilidades, num esforço de adequação e formalização crescentes.

RECURSOS HUMANOS

Recursos Humanos

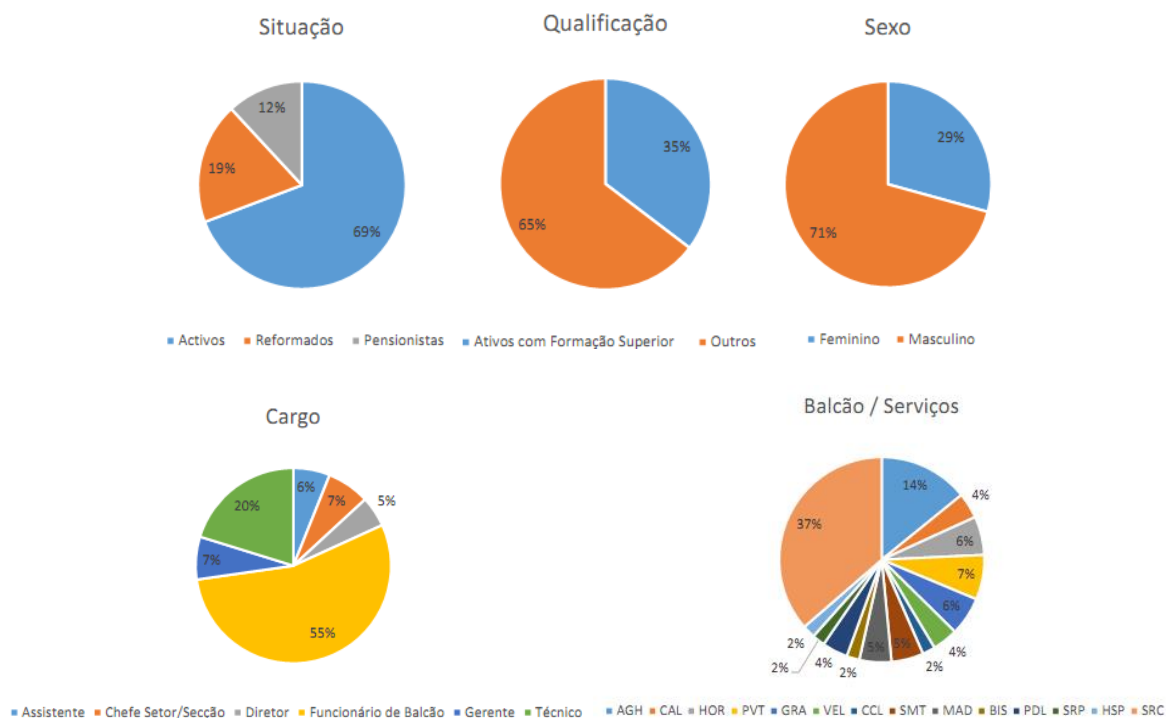
QUADRO DE COLABORADORES

A 31 de dezembro de 2013 a CEMAH contava com um total de 99 colaboradores ativos, com idade e antiguidade laboral médias, respetivamente, de 43,8 e 17,0 anos. Ao longo do último ano, verificaram-se 10 admissões (5 para reforço da Área Comercial, 1 para a Unidade de Assuntos Jurídicos, 2 para os Sistemas de Informação, 1 para o Apoio Logístico e Administrativo e 1 para a Área Financeira) e de 3 saídas, uma das quais por motivo de aposentação. Comparando valores em fim de período, regista-se uma variação de 7,6% no número de colaboradores ativos, crescimento que visa assegurar a manutenção de uma estrutura adequada à dimensão da Instituição.

EVOLUÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES ATIVOS				
DIMENSÕES DE SEGMENTAÇÃO		VALORES EM FIM DE PERÍODO		
		2012	2013	Var. %
CARGO	Assistente	2	6	200,0%
	Chefe Setor/Secção	7	7	0,0%
	Diretor	5	5	0,0%
	Funcionário de Balcão	52	54	3,8%
	Gerente	7	7	0,0%
	Técnico	19	20	5,3%
SEXO	Feminino	22	29	31,8%
	Masculino	70	70	0,0%
BALCÃO/SERVIÇO	Angra do Heroísmo	14	14	0,0%
	Calheta	4	4	0,0%
	Horta	6	6	0,0%
	Praia da Vitória	7	7	0,0%
	Graciosa	5	6	20,0%
	Velas	5	4	-20,0%
	Centro de Clientes	0	2	...
	São Mateus	5	5	0,0%
	Madalena	5	5	0,0%
	Biscoitos	2	2	0,0%
	Ponta Delgada	4	4	0,0%
	São Roque	2	2	0,0%
	Hospital	2	2	0,0%
	Serviços Centrais	31	36	16,1%
TOTAL		92	99	7,6%

RECURSOS HUMANOS

CARACTERIZAÇÃO DO QUADRO DE COLABORADORES ATIVOS



Aos colaboradores ativos somam-se 27 reformados e 17 pensionistas, para além de 5 estagiários integrados ao abrigo do *Programa Estagiar L*. Esta integração deverá ser entendida como uma ação de responsabilização social, acompanhada, naturalmente, por uma injeção de conhecimento, juventude e dinamismo.

FORMAÇÃO

Em 2013 investiu-se 31.642 Euros em formação, que abrangeu 73 colaboradores, num total de 692 horas (formação interna e externa).

A formação interna foi ministrada por diversas áreas aquando do primeiro contacto dos colaboradores com a Instituição, e revestiu-se de um carácter predominantemente prático e funcional, no sentido dar a conhecer a Instituição, as principais funções e responsabilidades a desempenhar/assumir pelo colaborador e por terceiros, e o respetivo quadro regulatório de enquadramento, e as ferramentas e os sistemas de informação de que dispõe.

No âmbito da formação externa, a aposta foi, claramente, nas áreas financeira, de sistemas de informação e de crédito, com recurso a entidades formadoras como o IFB, a PWC e OTOC.

FUNDO DE PENSÕES

A CEMAH continua a cumprir todas as suas obrigações de dotações para o Fundo de Pensões – que ascenderam aos 910 milhares de Euros em 2013 - e a deduzir ao seu resultado líquido os encargos diferidos daí decorrentes - quantificados em 416 milhares de Euros.

É de notar a alteração de critérios inerentes à contabilização das responsabilidades com o Fundo de Pensões, ditada pelo IAS 19, que se traduziu na eliminação do método do corredor e na consequente afetação direta e integral dos desvios atuariais ao rendimento integral (capital próprio).

A rentabilidade gerada pelos ativos do Fundo de Pensões no último exercício foi de 3,4%, fruto de uma gestão criteriosa e conservadora, que soube potenciar os retornos positivos existentes nas principais classes de ativos dos mercados financeiros.

Planeamento e Controlo de Gestão

O exercício de 2013 ficou marcado pela centralização e afirmação das funções de planeamento e de controlo de gestão na Instituição, o que passou pela clarificação das responsabilidades da Área e pelo levantamento das efetivas necessidades de informação de gestão, enquanto funções determinantes para os indispensáveis acompanhamento e avaliação de resultados e para a rápida e segura tomada de decisão.

Numa base anual são elaborados/revistos os Planos Estratégico e de Atividades (com referência a 3 e a 1 anos, respetivamente), pretendendo assegurar o crescimento sustentado da atividade no médio longo prazo, através da definição de objetivos claros e precisos e de linhas orientadoras para cada área de negócio, através uma correta cobertura dos riscos inerentes à atividade da instituição, do reforço da posição competitiva na RAA, da adequação de todos os meios para o efeito e do cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo regulador para o sistema bancário nacional. Em 2013 foi instituído o procedimento formal de acompanhamento trimestral da sua execução, enquanto importante instrumento de controlo, potenciador da coordenação de esforços e da intervenção.

Foi construído um orçamento anual em 2013, em alinhamento com os Planos Estratégicos e de Atividades traçados para o mesmo ano económico, que constituiu também uma valiosa ferramenta de gestão, tendo sobre a sua execução assentado controlos também trimestrais e o apuramento e análise de desvios face ao previsto.

Sempre que justificado, quer motivados por resultados registados quer por indicadores exógenos, foram efetuados ajustamentos orçamentais e/ou estratégicos.

Os procedimentos acima conferiram à CEMAH uma visão global, permanente e mais alargada, do cumprimento da estratégia e dos objetivos operacionais fixados e, em particular, da política de otimização de custos instituída. Em resultado desta última, o rácio *cost-to-income* registou uma notável contração de 18,3 p.p. (passando a fixar-se nos 60,4%).

Considera-se, assim, que foram dados largos passos no sentido do enraizamento de uma filosofia de controlo e de informação e na implementação de uma gestão orçamental, certamente impulsionadores de melhorias de desempenho contínuas.

Negócio

DEPÓSITOS

A 31 de dezembro de 2013 os depósitos da CEMAH totalizaram 281.410 milhares de Euros, registando um crescimento de 8,9%, face ao período homólogo do ano anterior, substancialmente superior aos objetivos inicialmente traçados.

O total de depósitos decompõe-se em 60.710 milhares de Euros de depósitos à ordem e 220.701 milhares de Euros de depósitos a prazo e de poupança, representando 21,6% e 78,4%, respetivamente, do total.

DEPÓSITOS			
	2012	2013	VARIAÇÃO
Depósitos à Ordem	46.653.434 €	60.709.696 €	30,1%
Depósitos a Prazo e Poupança	211.732.833 €	220.700.678 €	4,2%
Total	258.386.269 €	281.410.375 €	8,9%

CRÉDITO

À semelhança do que sucedeu com os depósitos, o crédito concedido – crédito bruto efetivo - superou os objetivos traçados, registando a 31 de dezembro o montante global 194.527 milhares de Euros, correspondendo a um aumento de 8,1% em relação a 2012 – muito impulsionado, ao nível do produto, pelo crédito estruturado e, ao nível da dependência bancária, por Ponta Delgada.

No que concerne à concessão de crédito, há a evidenciar as linhas orientadoras em vigor que favorecem a concretização de operações a particulares e empresas comprovadamente sólidas e com bom património, capaz de mitigar o risco de tais operações.

Há, também, a realçar como fatores de ponderação elevada nas decisões tomadas pela CEMAH, o enquadramento e a análise histórica do cliente, assim como, o parecer dos comités de crédito de cada balcão, fatores que reforçam o caráter de proximidade que é apanágio da Instituição.

A avaliação criteriosa da capacidade de reembolso por parte dos clientes permitiu manter os níveis de cumprimento bastante satisfatórios face à conjuntura atual.

Em consonância com o registado no sistema bancário nacional, o saldo do crédito e juros vencidos na CEMAH, registou um acréscimo face ao período homólogo (10%), situando-se em 2.746 milhares de Euros.

A rubrica de crédito e juros vencidos representava àquela data apenas 1,4% do crédito global, valor bastante equilibrado face à conjuntura verificada e à média do setor bancário. Adicionalmente, é de notar a não deterioração de nenhum dos rácios de qualidade do crédito inscrito no início do presente relatório.

A natureza das garantias que suportam tais operações legitima a afirmação de que o montante de crédito vencido acima referido apresenta um bom grau de cobrabilidade.

Manteve-se, como nos anos anteriores, a observação permanente da carteira de crédito por parte dos auditores externos, encontrando-se em cumprimento as regras emitidas pelo Bando de Portugal, no que concerne ao seu provisionamento.

O Modelo de Imparidade de crédito foi continuamente aperfeiçoado e os valores provisionados ajustados ao que seria exigido pelo respetivo Modelo de Imparidade.

CRÉDITO			
DESCRIÇÃO	2012	2013	VARIAÇÃO
Crédito	179.899.218 €	194.527.236 €	8,1%

EXPANSÃO DA REDE COMERCIAL

No primeiro trimestre do ano em pareço a CEMAH expandiu a sua rede com a abertura do *Centro de Clientes*, na Rua da Sé.

Esta unidade de negócio surgiu como resposta à necessidade de gerir de forma diferenciada, a relação com os clientes que, quer pelo seu volume de negócios quer pelas suas características, assim o exigiam.

O *Centro de Clientes* materializa a estratégia da Instituição ao nível do relacionamento com o cliente, na medida em que intensifica o atendimento personalizado e o enfoque no cliente, assegurando um serviço especializado e direcionado para as suas necessidades.

PRODUTOS, SERVIÇOS E CANAIS

De uma maneira geral, durante o ano manteve-se o portfólio de produtos de depósito e crédito, com os ajustamentos considerados necessários.

Há a salientar a capacidade de alinhar os produtos disponibilizados às necessidades dos clientes, salvaguardando sempre os preceitos legais e os interesses da Instituição.

A CEMAH disponibiliza a grande maioria dos serviços existentes no sector bancário, no que concerne a recebimentos e pagamentos e pratica para o efeito custos substancialmente inferiores aos registados na generalidade da banca, constituindo um elemento fortemente diferenciador.

Como principais canais, há a destacar a rede de balcões, a netCEM e o netCEM Mobile.

WORKFLOW DE CRÉDITO

Ao nível do processamento de concessão de crédito destaca-se a introdução, na ferramenta Gestão Documental, do Fluxo de Aprovação de Crédito, que permite o registo de todas as propostas de crédito efetuadas, a inserção de todos os documentos e pareceres definidos em procedimento e assegura a participação e registo de todos intervenientes no processo.

Para além dos benefícios identificados, esta ferramenta permite perceber a todo o instante o ponto de situação das propostas de crédito que foram formalizadas e obter informação estatística importante na análise da evolução comportamental do processo de concessão de Crédito.

Evidencia-se, ainda, a consolidação em 2013 do processamento centralizado do crédito, com todas as vantagens de segurança e rigor que daí advêm.

MEIOS DE PAGAMENTO

Relativamente aos meios de pagamento há a destacar a parceria estratégica e fundamental com a SIBS e a UNICRE, que permite a disponibilização de Caixas Multibanco, Terminais de Pagamento Automático e Cartões de Débito e Crédito.

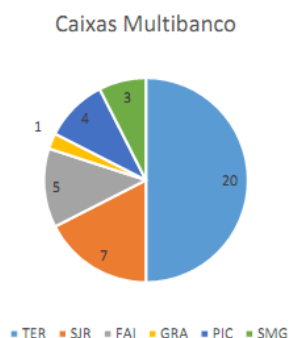
Em 2013, implementou-se o projeto de investimento realizado pela CEMAH em matéria de Terminais de Pagamento Automático, tendo a Instituição passado a instalar equipamento próprio nos seus clientes.

Durante o ano foram instalados 121 equipamentos.

Tratando-se de um segmento onde a concorrência é bastante acentuada, a Instituição tem feito um esforço por responder positivamente às solicitações efetuadas, sem nunca descorar a rentabilidade do investimento realizado.

No âmbito da parceria com a UNICRE, no fim do ano os contratos de Terminais de Pagamento Automático totalizavam 84, o que constitui uma redução face ao ano anterior e resulta essencialmente da passagem para contratos diretos com a CEMAH.

A CEMAH, com base na rentabilidade dos equipamentos instalados, reajusta, sempre que se justifique, o seu parque de Caixas Automáticas, fazendo a rotação de equipamentos, sendo que no fim do ano a Instituição possuía um parque de 40 Caixas Multibanco, distribuídas pelas diversas ilhas da seguinte forma:



O nº total de cartões de débito emitidos até 31.12.2013 foi de 16.701.

ENTIDADES EXTERNAS

No que concerne ao relacionamento da CEMAH com outras Entidades, nomeadamente com o Governo da Região Autónoma dos Açores, há a realçar a continuidade do estreito relacionamento existente ao nível das parcerias já Protocoladas, que se têm revelado ser uma ferramenta de apoio na melhoria da gestão das tesourarias das diversas empresas.

Em 2013, foram celebrados novos Protocolos, Aditamentos a Protocolos já existentes:

- Novos Protocolos

- Protocolo de Financiamento no âmbito do Programa de Estabilização do Emprego*
 - Linha de Apoio à Exportação das Empresas dos Açores*
 - Linha de Apoio à Reabilitação Urbana dos Açores.*
 - Microcrédito (em substituição do já existente)*

- Aditamentos a Protocolos

- Aditamento à Linha de Crédito Açores Empresas*
 - Aditamento à Linha de Crédito Açores Investe II*
 - Aditamento à Linha de Crédito Açores Investe*
 - Aditamento à Linha de Crédito Açores Empresas III*

*Aditamento à Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores
Aditamento à Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores II
Aditamento à Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores e
Apoio à Liquidez.*

Em matéria de gestão de patrocínios, apoios e publicidade, a Caixa Económica da Misericórdia, manteve a sua política de atribuição criteriosa e seletiva, tendo sempre presente o retorno de cada proposta para a imagem da Instituição.

Como principais patrocínios atribuídos, e apesar da redução significativa verificada, destacam-se os apoios às Sanjoaninas e às Festas da Praia da Vitória.

Sistemas de Informação

No decorrer de 2013, a Direção de Sistemas de Informação desenvolveu uma série de atividades para responder aos desafios estratégicos lançados pelo Conselho de Administração, tendo por base o plano de orçamento previsto. Destas destacaram-se:

SISTEMA DE INFORMAÇÃO PARA GESTÃO

Foi “reestruturada” a aplicação de *Business Intelligence* com vista à adequação dos relatórios de gestão e mapas estatísticos aos objetivos da Direção Comercial e Marketing e dos Órgãos de Gestão da CEMAH. Pretendeu-se com isto, que a informação ficasse estruturada de forma a facilitar a análise e o estudo dos relatórios, com propósitos menos subjetivos.

CORE BANKING

Deu-se continuidade ao desenvolvimento do módulo de crédito (transAKT) e aos restantes módulos da aplicação bancária, complementando-o com requisitos legais e de negócio, tendo por base a arquitetura anteriormente desenhada e orientada a serviços (SOA), usando ferramentas de programação de 4ª geração e não perdendo o enfoque principal de melhoria funcional da aplicação com vista a uma maior produtividade por parte dos colaboradores que se reflete na prestação de um melhor serviço ao cliente.

GESTÃO DOCUMENTAL E WORKFLOW

Integrou-se e implementou-se o circuito de aprovação de crédito na Gestão Documental, para permitir a automatização do processo de crédito, o arquivo dos documentos associados à proposta e o registo dos pareceres e despachos dos intervenientes na cadeia de aprovação com vista à redução do tempo para deliberação por parte do Conselho de Administração.

NETCEM

Tanto os canais de HB como o Mobile e o Site Institucional sofreram alterações tendo por base as sugestões dos clientes, novas funcionalidades como a migração para SEPA e a melhoria da experiência de utilização por parte dos utilizadores sem descurar a segurança das operações bancárias realizadas através destes canais de acesso privilegiado.

INFRAESTRUTURA

Procedeu-se à substituição do parque de servidores para cumprir com os requisitos de *ongoing* do Plano de Recuperação de Desastre prevenindo eventuais cenários de catástrofe natural, epidémica e/ou social, no âmbito do Plano de Contingência de Negócio, plano este que pela sua complexidade e logística.

A DSI desenvolveu inúmeros outros projetos de menor dimensão proporcionando a atualização dos seus sistemas de infraestrutura física e aplicacional com vista ao cumprimento dos objetivos estratégicos, entre os quais a redução de custos que se revelou expressiva nas comunicações (de dados, voz fixa e rede móvel), a par de manter a conformidade com os regulamentos bancários, diminuir os tempos de resposta a falhas nos sistemas sempre com o objetivo primígeno de satisfação dos utilizadores (colaboradores e clientes) dos sistemas da CEMAH.

Logística

PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO

A gestão de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio em 2013 foi, inevitavelmente, marcada pela conjuntura de mercado extremamente adversa. Deram entrada como ativos da CEMAH, via dação em pagamento, no período em causa, 18 prédios, tendo-se registado 4 saídas.

Considerando o universo dos prédios vendidos, importa realçar que a CEMAH viu, associadas às alienações ocorridas, aumentada a sua taxa de recuperação nuns louváveis 32,4 pontos percentuais, de 2012 para 2013.

Prosseguindo a CEMAH no último ano a política instituída de preservação, manutenção e valorização do seu património, muito em particular no que concerne às suas instalações comerciais – é de evidenciar as obras de remodelação e beneficiação realizadas na Sede, enquanto resposta às exigências de modernidade, de funcionalidade e, principalmente, de segurança, não descurando o efeito colateral positivo na satisfação dos colaboradores.

VIATURAS E EQUIPAMENTOS

Manteve-se atualizado o processo de gestão das viaturas no que respeita aos cadastros individuais e mapas de análise operacional, tendo sido impresso um especial cuidado na manutenção, conservação e controlo de todos os equipamentos, sempre com vista ao prolongamento da sua vida útil.

Análise Financeira

BALANÇO

No exercício de 2013 a CEMAH passou a aplicar às suas demonstrações financeiras, de entre outras, as implicações decorrentes das alterações ao IAS 19 - Benefícios aos empregados (a aplicar nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013), relacionadas com o reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego. Neste contexto, os desvios atuariais passaram a ser reconhecidos de imediato e apenas como “Outro rendimento integral” (não sendo permitida a utilização do método do corredor).

Neste contexto, a CEMAH procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2012, refletindo nestas tais impactos.

A estrutura do Balanço não sofreu alterações significativas durante o exercício de 2013, mantendo-se muito semelhante o peso relativo das grandes rubricas que o constituem, conforme se pode verificar no mapa abaixo.

A 31 de dezembro de 2013, o Ativo Líquido situava-se nos 318.075 milhares de Euros, representando um crescimento de 7,4% em relação ao período idêntico do ano anterior.

O Crédito a Clientes Líquido, no montante 192.282 milhares de Euros, compreende todo o crédito efetivo, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respetivos proveitos a receber, deduzido das provisões e imparidades. Este representa 60,5% do ativo líquido e regista crescimento de 7,9% face ao ano anterior.

As Aplicações em Instituições de Crédito, que ascenderam a 45.510 milhares de Euros e representavam 14,3% do ativo líquido, correspondiam a Depósitos a prazo noutras instituições financeiras de sólida reputação. No seu conjunto, estas aplicações proporcionaram um rendimento anual de 1.302 milhares de Euros. Em relação ao ano 2012, esta rubrica manteve-se praticamente inalterada, fruto do limite de exposição a uma só entidade imposto pelo Banco de Portugal, que no caso da CEMAH corresponde a 35% do valor dos Fundos Próprios. Como forma de continuar rentabilizar os seus excedentes a Instituição canalizou os seus investimentos para a aquisição de títulos que ofereciam taxas de rentabilidade atrativas e para o aumento do crédito a clientes. Salienta-se neste contexto o aumento de 35,5% face ao ano anterior dos investimentos detidos até à maturidade.

As Imobilizações Líquidas, no valor de 8.483 milhares de Euros, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio da Instituição.

ANÁLISE FINANCEIRA

BALANÇO				
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS AGREGADOS DO BALANÇO (MILHARES DE EUROS)	2013		2012	
	VALOR	PESO NO ATIVO %	VALOR	PESO NO ATIVO %
1. Disponibilidades	31.229	9,8%	28.906	9,8%
2. Aplicações	269.543	84,7%	250.500	84,6%
2.1. Aplicações em I.C.	45.510	14,3%	45.923	15,5%
2.2. Créditos a Clientes Líquido	192.283	60,5%	178.181	60,2%
2.3. Ativos Financ. Disp. p/ venda	11.616	3,7%	11.538	3,9%
2.4. Invest. Detidos até à maturidade	20.134	6,3%	14.858	5,0%
3. Ativos não correntes detidos para venda	6.704	2,1%	5.863	2,0%
4. Imobilizações Líquidas	8.483	2,7%	8.599	2,9%
5. Ativos por impostos diferidos	543	0,2%	436	0,1%
6. Outros Ativos	1.573	0,5%	1.803	0,6%
7. Ativo Líquido	318.075	100,0%	296.108	100,0%
8. Recursos Alheios	285.455	89,7%	265.866	89,8%
8.1. Recursos de Bancos Centrais	0	0,0%	5.001	1,7%
8.2. Recursos de Outras I.C.	21	0,0%	113	0,0%
8.3. Recursos de Clientes	285.434	89,7%	260.752	88,10%
9. Provisões	2.184	0,7%	1.996	0,7%
10. Passivos por impostos correntes	539	0,2%	99	0,0%
11. Outros Passivos	4.407	1,4%	3.251	1,1%
12. Passivo	292.585	92,0%	271.212	91,6%
13. Capitais Próprios	25.490	8,0%	24.896	8,4%
13.1. Capital	17.896	5,6%	17.707	6,0%
13.2. Reservas de Reavaliação	769	0,2%	665	0,2%
13.3. Out. Res. E Res. Transitados	5.123	1,6%	5.401	1,8%
13.4. Resultados do Exercício	1.701	0,5%	1.122	0,4%

O Passivo regista um valor de 292.585 milhares de Euros, assumindo a carteira de depósitos da Instituição - Recursos de Clientes e respetivos custos a pagar -, 285.434 milhares de Euros. Esta rúbrica onde se incluem os depósitos captados apresentou um crescimento de 9,5% face ao ano anterior.

Nos “Outros Passivos” estão contabilizadas as responsabilidades com o Fundo de Pensões, a mensualização de outros encargos a pagar e outras operações a regularizar.

A 31 de dezembro de 2013 a Situação Líquida da CEMAH ascendia a 25.490 milhares de Euros. Desta consta o valor de 17.896 milhares de Euros, registado em capital, valor mais do que suficiente para permitir a transformação desta Caixa Económica em Banco.

No final do exercício de 2013 os Rácios de Solvabilidade e Core Tier 1 apresentavam um valor de 10,3%, que passará, respetivamente, para 10,8% e 10,9%, com a inclusão dos resultados líquidos (deduzido o valor distribuído à acionista), que apenas poderão ser considerados após a Certificação Legal das Contas.

CONTA DE EXPLORAÇÃO

Da análise dos valores da Conta de Exploração relativos ao exercício de 2013, podemos constatar os seguintes aspetos:

Margem Financeira

A margem financeira apresentou um aumento de 7%, passando de 6.912 milhares de Euros em 2012 para 7.410 milhares de Euros em 2013, o que se deveu ao efeito conjunto de um aumento da rubrica de juros e rendimentos similares e a um decréscimo da rubrica de juros e encargos similares.

Produto Bancário

O produto bancário registou um crescimento de 40% em 2013, passando de 6.508 para 9.103 milhares de Euros.

Custos Operacionais

A rubrica de custos com o pessoal registou um aumento de apenas 4% face ao ano anterior, sendo que os gastos gerais administrativos apresentaram um acréscimo de 12% face ao ano de 2012.

Provisões líquidas de reposições e anulações

Esta rubrica representou, em 2013, um contributo negativo para o resultado no valor de 203 milhares de Euros, inferior em 16% face ao ano anterior.

Correção de Valor de Crédito a Clientes

A constituição e a reposição das provisões foram efetuadas de acordo com o legalmente estabelecido pelo Banco de Portugal (Aviso nº 3/95), e ajustadas pelas necessidades apuradas em resultado do modelo de

ANÁLISE FINANCEIRA

imparidade utilizado. No exercício em análise este indicador apresentou um valor de 567 milhares de Euros, inferior em 17% face ao valor de 2012.

CONTA DE EXPLORAÇÃO		
MAPA COMPARATIVO DA EVOLUÇÃO DAS PRINCIPAIS RÚBRICAS (MILHARES DE EUROS)	2013	2012 REEXPRESSO
Juros e Rendimentos Similares	14.124	13.890
Juros e Encargos Similares	(6.715)	(6.978)
Margem Financeira	7.410	6.912
Rendimentos de Serviços e Comissões	1.930	1.868
Encargos com Serviços e Comissões	(313)	(302)
Resultados de Atividade Cambial (líquido)	64	78
Outros Resultados de Exploração	12	(2.084)
Produto Bancário	9.103	6.508
Custos com Pessoal	(3.283)	(3.142)
Gastos Gerais Administrativos	(2.219)	(1.979)
Amortizações do Exercício	(505)	(480)
Provisões Líquidas de Reposições e Anulações	(203)	(241)
Correções de Valores Associados a Crédito a Clientes	(567)	(680)
Imparidade de Outros Ativos Financeiros Líquida	0	1.135
Imparidade de Outros Ativos Líquida	(176)	(85)
Resultado antes de Impostos	2.150	1.036
Impostos Correntes	(535)	(99)
Impostos Diferidos	86	185
Resultado Líquido do Exercício	1.701	1.122
Resultados Transitados Resultantes de Alteração de Políticas Contabilísticas	(794)	(416)
Resultado a Distribuir	907	753

Imparidade de outros Ativos Financeiros

Esta rubrica não apresenta qualquer valor em 2013.

Imparidade de outros Ativos

Esta rubrica compreende basicamente o saldo entre imparidades registadas e revertidas nos Ativos não correntes detidos para venda. O seu saldo a 31 de dezembro de 2013 era de 176 milhares de Euros, face aos

ANÁLISE FINANCEIRA

85 milhares de Euros registados em 2012, em resultado das avaliações periódicas efetuadas aos referidos ativos.

Impostos

A partir de 1 de janeiro de 2012, com a entrada em vigor da Lei do Orçamento do Estado para 2012 que alterou o artigo 10º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), a CEMAH passou a ser sujeito passivo de IRC. Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC à taxa nominal de 25% e correspondente derrama. Em 2013 o valor do imposto corrente ascendia aos 535 milhares de Euros.

Os impostos diferidos são registados quando existe uma diferença tributária entre o valor de um ativo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os impostos diferidos ativos e passivos a 31 de dezembro de 2013 foram apurados tendo por base uma taxa de 23%, taxa prevista para o IRC em 2014. No exercício de 2013 estes ascenderam a 86 milhares de Euros.

Resultado Líquido do Exercício

O Resultado Líquido do Exercício foi positivo em 1.701 milhares Euros.

Resultados de Exercícios Anteriores

Dos Resultados Transitados resultantes de alterações de políticas contabilísticas, mantiveram-se face a 2012 os relacionados com o Fundo de Pensões, sendo que acresceram a estes os decorrentes da versão revista da IAS 19, no montante de 378 milhares de Euros.

Resultado a Distribuir

Após a incorporação dos Resultados de exercícios anteriores, o resultado a distribuir apresentará um valor de 907 milhares de Euros, conforme quadro abaixo:

MAPA DE RESULTADO A DISTRIBUIR		
(MILHARES DE EUROS)	2013	2012 REEXPRESSO
Resultados Antes de Impostos	2.150	1.036
Impostos Correntes	(535)	(99)
Impostos Diferidos	86	185
Resultado Líquido do Exercício	1.701	1.122
Resultados Transitados - Fundo de Pensões	(794)	(416)
Resultado a Distribuir	907	753

Considerações Finais

Ao longo deste documento procurou-se sintetizar os eventos mais importantes de cariz macroeconómico que influenciaram ou condicionaram a nossa atuação durante este difícil ano de 2013.

Constituiu, na verdade, um exigente desafio, conciliar, em ambiente adverso, as necessidades de financiamento das empresas e dos particulares com uma política de análise de risco rigorosa, salvaguardando os interesses da Instituição e mantendo níveis adequados de funcionalidade da economia.

Foi, deste modo, que expandimos ponderadamente 8% no crédito concedido, sem deterioração dos rácios relativos à qualidade do crédito e com constituição adequada de provisões tanto estatutárias como extraordinárias.

Dilatámos, paralelamente, os depósitos em 9%, remunerando de forma equilibrada as poupanças já existentes e as, entretanto, constituídas, contribuindo para a estabilidade do rendimento doméstico disponível numa fase de forte imposição fiscal e contributiva.

A rentabilidade da estrutura de aplicações financeiras da CEMAH ajudou ao reforço registado ao nível do produto bancário, de 2012 para 2013.

O Rácio de Solvabilidade e o Core Tier I fixaram-se, respetivamente, nos 10,8 e nos 10,9% (após aprovação de contas), valores que respeitam os limites prudenciais quer Nacionais, quer Europeus.

Criaram-se todas as provisões regulamentares e consideradas ajustadas em função do conhecimento do mercado, do nível de garantias prestadas e, naturalmente, dos modelos de análise de risco.

A gestão rigorosa dos gastos com pessoal e administrativos produziram o melhoramento no rácio *cost-to-income*, refletindo uma tendência para a diluição dos custos fixos.

Eventos induzidos foram o impacto do IRC que, pela primeira vez, teve reflexo integral no exercício, e o efeito da mudança de critério contabilístico relativamente aos desvios atuariais do Fundo de Pensões.

Neste contexto realizámos um resultado líquido a distribuir no montante de 907 milhares de Euros, o que representa um aumento de 20,4% relativamente ao exercício anterior.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

Proposta de Aplicação de Resultados do Exercício

Assegurada a constituição prudente de provisões e imparidade, refletido o impacto dos novos critérios referentes à cobertura de encargos com o Fundo de Pensões e deduzidas as obrigações fiscais em sede de IRC, apurou-se um Resultado Líquido distribuível no montante de 906.946,59 Euros, que se propõe distribuir, de acordo com o Compromisso, do seguinte modo:

Aplicação de Resultados Líquidos:

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo	226.736,65 Euros (25%)
Capital Social	226.736,64 Euros (25%)
Reserva Legal	226.736,65 Euros (25%)
Reserva Estatutária	226.736,65 Euros (25%)

Angra do Heroísmo, 31 de Março de 2014

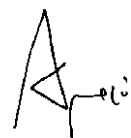
O Conselho de Administração,



Carlos Raulino



Mancebo Soares



António Maio

Anexos

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Balço em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Unidade: Euro

	Notas	31/dez/13		31/dez/12	1/jan/12	
		Antes Prov. Imp. Amort.	Prov. Imp. Amort.	Valor Líquido	Reexpresso	
Activo						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6.1	27.528.253		27.528.253	23.916.947	10.006.576
Disponibilidades em out. inst. de crédito	6.2	3.700.618		3.700.618	4.989.510	2.860.117
Activos financeiros disponíveis para venda	6.4	11.616.289		11.616.289	11.537.571	4.061.735
Aplicações em outras instituições de crédito	6.3	45.510.497		45.510.497	45.923.112	75.192.221
Crédito a clientes	6.5	195.347.265	(3.065.659)	192.281.605	178.180.996	152.957.252
Investimentos detidos até à maturidade	6.6	20.133.678	-	20.133.678	14.858.292	12.588.334
Activos não correntes detidos para venda	6.7	7.303.813	(600.269)	6.703.545	5.863.126	4.700.337
Outros activos tangíveis	6.8	13.228.133	(5.604.485)	7.623.648	7.791.150	9.582.357
Activos intangíveis	6.9	2.809.131	(1.949.090)	860.041	607.948	570.031
Activos por impostos diferidos	6.10	543.435	-	543.435	436.405	831.637
Outros activos	6.11	1.572.999	-	1.572.999	1.802.925	1.459.834
Total do Activo		329.294.111	(11.219.503)	318.074.608	296.107.982	274.810.430
Passivo e Capital						
Passivo:						
Recursos de bancos centrais	6.13			0	5.001.146	
Recursos de outras instituições de crédito	6.14			21.352	112.520	13.025
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.15			285.433.475	260.752.361	245.913.495
Provisões				2.184.481	1.996.288	1.770.151
Passivos por impostos correntes				538.657	99.338	0
Outros passivos subordinados				0	0	0
Outros passivos	6.16			4.407.163	3.250.708	2.649.549
Total do Passivo				292.585.128	271.212.361	250.346.220
Capital:						
Capital	6.19			17.895.724	17.707.335	17.500.000
Reservas	6.19			769.305	665.070	-1.050.782
Outras reservas e resultados transitados	6.19			5.123.338	5.401.005	6.738.969
Resultado do exercício				1.701.113	1.122.211	1.276.022
Total do Capital				25.489.480	24.895.621	24.464.209
Total do Passivo e do Capital				318.074.608	296.107.982	274.810.430

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstração de Resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

		Unidade: Euro	
	Notas	31/dez/13	31/dez/12 Reexpresso
Juros e rendimentos similares	6.21	14.124.486	13.890.188
Juros e encargos similares	6.21	(6.714.678)	(6.977.805)
Margem financeira		7.409.808	6.912.383
Rendimentos de instrumentos de capital	6.22	11.890	14.500
Rendimentos de serviços e comissões	6.23	1.930.295	1.868.130
Encargos com serviços e comissões	6.23	(312.780)	(301.859)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda (líquido)	6.24	92.707	3.113
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.24	64.088	78.109
Resultados de alienação de outros activos	6.24	-	(1.884.650)
Outros resultados de exploração	6.25	(92.535)	(181.760)
Produto bancário		9.103.473	6.507.966
Custos com pessoal	6.26	(3.283.249)	(3.142.151)
Gastos gerais administrativos	6.27	(2.219.303)	(1.978.898)
Amortizações do exercício	6.9 e 6.8	(505.032)	(479.518)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.12	(203.292)	(240.584)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	6.12	(567.163)	(679.877)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	6.12	-	1.134.973
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	6.12	(175.559)	(85.427)
Resultado antes de impostos		2.149.875	1.036.485
Impostos correntes	6.10	(534.948)	(99.338)
Impostos diferidos	6.28	86.185	185.064
Resultado após impostos		1.701.112	1.122.211

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração




DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstração dos fluxos de caixa dos períodos findos
em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

		Unidade: Euro	
	Notas	31/dez/13	31/dez/12
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Juros recebidos		12.783.930	12.654.507
Juros pagos		(6.625.687)	(6.430.813)
Comissões recebidas		2.055.893	1.989.744
Comissões pagas		(312.780)	(301.859)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(5.752.842)	(7.940.421)
Impostos pagos		(62.811)	(9.083)
(Aumentos)/diminuições dos activos operacionais (líquido)			
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		10.422.720	(17.216.091)
Créditos e adiantamentos a clientes		(15.643.996)	(26.756.393)
Outros activos		33.629	(61.907)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)			
Débitos para com bancos centrais - à vista		(5.000.000)	5.000.000
Débitos para com instituições de crédito - à vista		(91.165)	99.494
Débitos para com clientes - à vista		15.623.130	(4.174.619)
Débitos para com clientes - a prazo		8.967.845	18.467.639
Outros passivos		520.460	401.761
Fluxos de caixa líquidos das actividades operacionais		16.918.326	(24.278.042)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Dividendos recebidos		11.890	14.500
Juros recebidos de activos financeiros		1.270.719	988.990
Venda de activos financeiros		278.058	585.052
Compra de activos financeiros		(5.427.677)	(8.671.347)
Vencimento de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Compra de outros activos tangíveis		(272.704)	(282.700)
Venda de outros activos tangíveis		-	1.613.737
Compra de activos intangíveis		(131.896)	(286.400)
Venda de activos intangíveis		-	-
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		(4.271.611)	(6.038.168)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Emissão de dívida subordinada		-	-
Reembolso de dívida subordinada		-	-
Juros de dívida subordinados		-	-
Dividendos pagos		(188.390)	(207.335)
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		(188.390)	(207.335)
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		12.458.326	(30.523.544)
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.17	56.906.457	87.351.893
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		64.088	78.109
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.17	69.428.871	56.906.457

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo Demonstração de alterações no capital próprio dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Notas	Capital	Reservas	Outras reservas e resultados transitados	Resultados transitados	Resultado do exercício	Unidade: Euro Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011						
6,19	17.500.000	(1.050.782)	4.679.373		1.276.022	22.404.613
6,19				1.276.022	(1.276.022)	-
6,19			2.059.696			2.059.696
	17.500.000	(1.050.782)	6.738.969	1.276.022	-	24.464.209
Saldos em 1 de janeiro de 2012 - reexpresso						
Constituição de reservas:						
6,19			207.335	(207.335)	-	-
6,19			207.335	(207.335)	-	-
6,19	207.335			(207.335)		(207.335)
6,19			415.767	(415.767)	-	-
6,19			30.917	(30.917)	-	-
6,19		1.715.852			1.743.774	1.743.774
6,18				(415.766)		(415.766)
6,18				(1.811.473)		(1.811.473)
6,19					1.122.211	1.122.211
	17.707.335	665.070	5.401.005		1.122.211	24.895.621
Saldos em 31 de Dezembro de 2012 - reexpresso						
Constituição de reservas:						
6,19			188.390	(188.390)	-	-
6,19			188.390	(188.390)	-	-
6,19	188.390			(188.390)		(188.390)
6,19			368.653	(368.653)	-	-
6,19		104.235			78.313	78.313
6,18				(415.786)		(415.786)
6,18				(579.410)		(579.410)
	17.895.724	769.305	5.123.338		1.701.113	25.489.479

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo
Demonstração do Rendimento Integral para os
períodos findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

Unidade: Euro

	Notas	31/dez/13	31/dez/12 Reexpresso
Resultado Líquido do Período		1.701.113	1.122.211
Items que poderão vir a ser reclassificados pela demonstração de resultados			
<i>Reserva de Justo Valor</i>			
Alterações de Justo Valor, líquidas de imposto		104.235	1.715.852
Items que não serão reclassificados pela demonstração de resultados			
Amortização de diferença em responsabilidade com pensões	6,18 -	415.766	- 415.766
Remensurações em benefícios pós emprego dos empregados	6,18 -	579.410	- 1.811.473
Total de Rendimento Integral do Período		810.172	610.824

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas explicativas anexas fazem parte integrante das demonstrações financeiras

Anexo às Demonstrações Financeiras

1. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (“CEMAH” ou “Caixa”) é uma instituição de crédito, tendo sido constituída em 26 de abril de 1896. Está autorizada a operar no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro, e do Decreto-Lei nº 136/79, de 18 de maio, que regulamenta a atividade das caixas económicas, estabelecendo algumas restrições à sua atividade.

A Caixa pode realizar operações bancárias mesmo para além das enunciadas nos seus Estatutos, desde que genericamente autorizadas pelo Banco de Portugal.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, e de uma rede de 12 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel.

A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora da totalidade do capital da Caixa.

2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da CEMAH foram apresentadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do aviso n.º 1/2005, de 21 de fevereiro, e das Instruções n.º 23/2004 e n.º 9/2005, do Banco de Portugal.

As NCA traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, com exceção de algumas matérias reguladas pelo Banco de Portugal, como a valorimetria e imparidade do crédito a clientes, o tratamento contabilístico relativo ao reconhecimento em resultados transitados dos ajustamentos das responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência apuradas na transição e a mensuração de ativos tangíveis.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os IFRS incluem as normas contábilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Exceto quanto às normas abaixo identificadas, não existem outras normas ou interpretações com aplicação efetiva pela primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2013 que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da CEMAH.

- **IAS 19** (revisão), ‘Benefícios dos empregados’. Esta revisão à IAS 19 introduz alterações significativas no reconhecimento e mensuração de gastos com planos de benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações para todos os benefícios dos empregados. Os desvios atuariais são reconhecidos de imediato, e apenas, em Outros rendimento integrais (o método do corredor deixa de ser permitido). O custo financeiro dos planos de benefícios definidos com fundos constituídos é calculado com base no valor líquido das responsabilidades não fundeadas. Os benefícios de cessação de emprego apenas são reconhecidos, quando cessa a obrigação do empregado prestar serviço no futuro. A adoção desta norma teve os impactos descritos em 2.2 abaixo.
- **IAS 1** (alteração), ‘Apresentação de demonstrações financeiras’. Esta alteração modifica a apresentação de itens contabilizados como Outros rendimentos integrais (ORI), ao exigir às Entidades que separem os itens contabilizados em ORI, em função de serem, ou não, reciclados no futuro por resultados do exercício, bem como o respetivo efeito do imposto, quando os itens sejam apresentados pelo valor bruto. Os impactos desta norma encontram - -se apresentados na Demonstração do rendimento Integral.
- **IFRS 13** (nova), ‘Justo valor: mensuração e divulgação’. A IFRS 13 tem como objetivo melhorar a consistência das demonstrações financeiras, ao apresentar uma definição precisa de justo valor e uma única fonte de mensuração de justo valor, assim como as exigências de divulgação a aplicar transversalmente a todas as IFRS. As divulgações agora requeridas encontram-se apresentadas nas respetivas notas.

Adicionalmente, a CEMAH optou por não aplicar antecipadamente as normas contábilísticas e interpretações emitidas, mas sem aplicação obrigatória em 2013, nomeadamente:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- **IFRS 10** (nova), ‘Demonstrações financeiras consolidadas’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da CEMAH.
- **IFRS 11** (nova), ‘Acordos conjuntos’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da CEMAH.
- **IFRS 12** (nova), ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da CEMAH.
- **Alterações à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12**, ‘Regime de transição’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da CEMAH.
- **IAS 27** (revisão 2011), ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da CEMAH.
- **IAS 28** (revisão 2011), ‘Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos’ (a aplicar na União Europeia em períodos anuais que comecem, o mais tardar, em ou após 1 de Janeiro de 2014). Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da CEMAH.
- **IAS 32** (alteração) ‘Compensação de ativos e passivos financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração faz parte do projeto de “compensação de ativos e passivos” do IASB, o qual visa clarificar a noção de “deter atualmente o direito legal de compensação”, e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (as câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Entidade irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.
- **IAS 36** (alteração) ‘Divulgação do valor recuperável para ativos não financeiros’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração trata da divulgação de informação sobre

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

o valor recuperável de ativos em imparidade, quando este tenha sido mensurado através do modelo do justo valor menos custos de vender. A CEMAH irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.

- **IAS 39** (alteração) ‘Novação de derivados e continuidade da contabilidade de cobertura’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). A alteração à IAS 39 permite que uma Entidade mantenha a contabilização de cobertura, quando a contraparte de um derivado que tenha sido designado como instrumento de cobertura, seja alterada para uma câmara de compensação, ou equivalente, como consequência da aplicação de uma lei ou regulamentação. Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da CEMAH.
- **Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27** - ‘Sociedades de investimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). A alteração define uma Sociedade de investimento (‘Investment entities’) e introduz uma exceção à aplicação da consolidação no âmbito da IFRS 10, para as entidades que qualifiquem como as Sociedades de investimento, cujos investimentos em subsidiárias devem ser mensurados ao justo valor através de resultados do exercício, por referência à IAS 39. Divulgação específicas exigidas pela IFRS 12. Não é expectável que esta alteração venha a ter impactos nas Demonstrações Financeiras da CEMAH.
- **IAS 19** (alteração), ‘Planos de benefícios definidos – Contribuições dos empregados’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso da União Europeia. A alteração à IAS 19 aplica-se a contribuições de empregados ou entidades terceiras para planos de benefícios definidos, e pretende simplificar a sua contabilização, quando as contribuições são independentes do número de anos de serviço. A CEMAH irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.
- **Melhorias às normas 2010 - 2012**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias afeta os seguintes normativos: IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. A CEMAH irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.
- **Melhorias às normas 2011 - 2013**, (a aplicar, em geral, nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2014). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ciclo de melhorias afecta os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13, e IAS 40. A CEMAH irá aplicar as melhorias às normas do ciclo 2010-2012 no período em que se tornarem efetivas, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS.

- **IFRS 9** (nova), 'Instrumentos financeiros – classificação e mensuração' (data de aplicação ainda não definida). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IFRS 9 corresponde à primeira parte do novo normativo IFRS para instrumentos financeiros, a qual prevê a existência de duas categorias de mensuração: custo amortizado e justo valor. Todos os instrumentos de capital próprio são mensurados ao justo valor. Os instrumentos financeiros são mensurados ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detenha para receber fluxos de caixa contratuais, e os fluxos de caixa correspondam a capital/valor nominal e juros. Caso contrário, os instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor através de resultados. A CEMAH irá aplicar a IFRS 9 no exercício em que esta se tornar efetiva.
- **IFRS 9** (alteração), 'Instrumentos financeiros – contabilidade de cobertura' (data de aplicação ainda não definida). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração corresponde à terceira fase da IFRS 9, e reflete uma revisão substancial das regras de contabilidade de cobertura da IAS 39, eliminando a avaliação quantitativa da eficácia da cobertura, permitindo que um maior número de itens possa ser elegível como itens cobertos, e permitindo o diferimento de determinados impactos de instrumentos de cobertura em Outros rendimentos integrais. Esta alteração visa aproximar a contabilidade de cobertura às práticas de gestão de risco da Entidade. A CEMAH irá aplicar a IFRS 9 no exercício em que esta se tornar efetiva.

Interpretações

- **IFRIC 21** (nova), 'Taxas do governo' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2014). Esta interpretação ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A CEMAH irá aplicar este normativo no início do período anual em que o mesmo se tornar efetivo.

As demonstrações financeiras agora apresentadas foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 10 de março de 2014.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.2 Comparabilidade da informação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são comparáveis em todos os aspectos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2012.

Em consequência das alterações ao IAS 19, adotadas a partir de 2013, a CEMAH procedeu à reexpressão das demonstrações financeiras do exercício de 2012 oportunamente aprovadas, em conformidade com a IAS 8 – Políticas Contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros, de forma a refletir a aplicação do IAS 19 Revisto (IAS 19R).

A reconciliação entre as principais rubricas das demonstrações financeiras do exercício de 2012 aprovadas e as reexpressas, decorrentes da aplicação do IAS 19R e descritas em 2.1 acima, apresenta-se como segue:

(a) Reconciliação entre o balanço em 31 de dezembro de 2012 reexpresso e aprovado

	<u>Nota</u>	<u>reexpresso</u>	<u>Ajustamentos</u>	<u>aprovado</u>
Total de activo	6.18	296.107.982	-	296.107.982
Total de passivo		271.212.361	(201.012)	271.413.373
Total de capital próprio	6.18	24.895.621	201.012	24.694.609
Total de passivo e de capital		296.107.981	-	296.107.982

(b) Reconciliação entre a Demonstração de resultados em 31 de dezembro de 2012 reexpressa e aprovada

Demonstração de resultados	<u>Nota</u>	<u>2012 reexpressa</u>	<u>Ajustamentos</u>	<u>2012 aprovada</u>
Margem financeira		6.912.383	-	6.912.383
Produto bancário		6.507.966	-	6.507.966
Resultado antes de impostos	6.18	1.036.485	(47.113)	1.083.598
Impostos		85.726		85.726
Resultado após impostos		1.122.211	(47.113)	1.169.324

2.3 Principais políticas contabilísticas

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As políticas contábilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.3.1 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.3.1.1 Crédito e outros valores a receber

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método *pró-rata temporis*, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A Caixa classifica em crédito vencido as prestações vencidas de capital ou juros decorridos que sejam 30 dias após o seu vencimento.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total do crédito no mês anterior ao do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

Os créditos a clientes cujos termos tenham sido renegociados sem cumprimento do Aviso nº3/95 do Banco de Portugal, são, por indicação do Banco de Portugal, reclassificados e tratados como vencidos.

2.3.1.1.1 Provisões para crédito e juros vencidos, créditos e cobrança duvidosa e riscos gerais de crédito

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de junho, e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal, a Caixa constitui as seguintes provisões para riscos de crédito:

- **Provisão para crédito e juros vencidos**

Esta provisão, apresentada no ativo como dedução à rubrica Crédito a clientes, destina-se a fazer face aos riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas, de capital ou juros. Conforme disposto pelo Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal, o montante a provisionar é crescente em função do período decorrido após o respetivo vencimento e da eventual existência de garantias, excluindo os créditos concedidos ao Sector Público Administrativo.

- **Provisão para créditos de cobrança duvidosa**

As provisões para créditos de cobrança duvidosa, são apresentadas no ativo como dedução à rubrica Créditos a clientes e destinam-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativamente a créditos daquela natureza que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. São considerados nesta situação:

- As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respetivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:
 - i) Excederem 25% do capital em dívida, acrescido de juros;
 - ii) Estarem em incumprimento há mais de:
 - Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;
 - Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco anos mas inferior a dez anos;
 - Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Os créditos nestas condições são considerados vencidos apenas para efeitos da constituição de provisões, sendo provisionados com base nas taxas aplicáveis ao crédito vencido dessas operações.

- Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se, de acordo com a classificação acima definida, o crédito e juros vencidos de todas as operações relativas a esse cliente excederem 25% do crédito total, acrescido de juros. Os créditos nestas condições são provisionados com base em metade das taxas de provisão aplicáveis aos créditos vencidos, com início de contagem de vencido na data de contaminação do cliente.

- **Provisão para riscos gerais de crédito**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A provisão para riscos gerais de crédito é de natureza geral e destina-se a fazer face a riscos de crédito não identificados especificamente. Encontra-se registada no passivo na rubrica “Provisões” e é calculada por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido:

- 0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel, ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;
- 1,5% no caso de se tratar de crédito ao consumo; e
- 1% no que se refere ao restante crédito concedido.

2.3.1.2 Ativos financeiros disponíveis para venda

A rubrica Ativos financeiros disponíveis para venda inclui:

- Títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação nem como carteira de crédito;
- Títulos de rendimento variável disponíveis para venda; e
- Participações em outras empresas, que não sejam filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Caixa tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se classificam como: empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, exceto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor, exceto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de ativos monetários, até que o ativo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) em capitais próprios.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, deduzida de qualquer perda de imparidade no investimento anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, exceto no que se refere a ações ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

2.3.1.3 Investimentos detidos até à maturidade

A rubrica Investimentos detidos até à maturidade inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, e relativamente aos quais seja intenção do Conselho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os ativos classificados como detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado.

Os juros corridos dos mesmos, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Em caso de evidência de imparidade, resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, que possa ser estimado com razoabilidade, a perda é registada em resultados.

2.3.1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.3.1.5 Outros passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

2.3.2 Outros ativos tangíveis

De acordo com o aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, os outros ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Número de anos</u>	<u>%</u>
Máquinas e mobiliário	8	12,5
Viaturas	4	25
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	10	10
Imóveis	50	2

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

2.3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 8 anos (investimentos em software).

2.3.4 Aplicações por recuperação de créditos

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. As mais-valias potenciais em outros ativos não são reconhecidas no balanço.

2.3.5. Reconhecimento de juros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

No caso de ativos financeiros para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registrados em resultados são determinados com base numa taxa de juro que reflete as perdas por imparidade.

2.3.6 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são considerados uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados.

2.3.7 Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

Em conformidade com as convenções coletivas de trabalho em vigor no sector bancário, a Caixa assumiu até 31 de dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

De acordo com os estatutos da Caixa os membros do Conselho de Administração não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

e abrangidos pelo atual fundo de pensões da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se no entanto como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respetivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções coletivas aplicáveis ao sector bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método “Projected Unit Credit Cost”. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.18.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal nº4/2005 e nº12/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005 (no valor de €4.703 milhares) foi reconhecido na rubrica Outros ativos – despesas com custo diferido. O reconhecimento em resultados transitados do impacte ao nível das responsabilidades com pensões seria efetuado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, prazo este alargado para 8 anos, a partir da data de transição, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, que teria inicialmente a duração de 7 anos e presentemente de 10 anos.

Até 31 de dezembro de 2012, o valor dos ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados eram reconhecidos de acordo com o método do corredor e registados na rubrica Outros ativos ou Outros passivos – Desvios atuariais. Eram enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas atuariais acumulados que não excedessem 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excediam o corredor eram amortizados em

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano.

Após 1 de janeiro de 2013, e decorrente da aplicação do IAS 19R, estas diferenças atuariais, agora denominadas remensurações, passaram a ser imediatamente reconhecidas como Outro rendimento Integral (ver Nota 2.2).

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos.

Anualmente, a Caixa reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros, líquidos dos ganhos e perdas resultantes de desvios atuariais, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

As contribuições para o fundo são efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo, de 95%, exceto quanto às responsabilidades ainda não amortizadas, que de acordo com o aviso nº4/2005 irão ser financiadas à medida que as responsabilidades forem sendo amortizadas.

Prémios de antiguidade

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do sector bancário, a CEMAH assumiu o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completam 15, 25 e 30

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respetivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios.

O valor atual dos benefícios com prémios de antiguidade, é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método “Projected Unit Credit Cost”. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.18.

As responsabilidades por prémios de antiguidade são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de desvios atuariais, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

2.3.8 Provisões

Esta rubrica inclui, para além da Provisão para riscos gerais de crédito (ver alínea 2.3.1.1.1) outras provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

2.3.9 Imposto sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMAH encontrava-se isenta de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Porém, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2012, que alterou o artigo 10º do Código do IRC, a partir de 1 de janeiro de 2012 a CEMAH passou a estar sujeita ao regime geral estabelecido no Código do IRC.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias, entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos poderão dar origem ao reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor em Portugal. Para 2013, a taxa geral de IRC em vigor é de 25%, enquanto a taxa de derrama municipal poderá ir até 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013), veio alterar os escalões da derrama estadual para o exercício de 2013, passando a vigorar as seguintes taxas: (i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares e (ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares (2012: derrama estadual de 3% para a parte do lucro tributável entre €1.500 milhares e €10.000 milhares e de 5% para a parte do lucro tributável acima de €10.000 milhares).

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, a 31 de dezembro de 2013, o apuramento de imposto diferidos foi efetuado a uma taxa de 23% (2012: 25%), a qual considera as taxas de imposto aprovadas vigorar a partir de 2014, inclusive.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

A CEMAH procede, sempre que se verifiquem as condições estabelecidas no parágrafo 74 da IAS 12, à compensação dos ativos e passivos por impostos diferidos.

2.3.10 Capital

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

2.3.11 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

Imparidade do crédito

O valor da imparidade do crédito é determinado com base em estimativas do valor a recuperar. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos créditos têm impacto nas estimativas efetuadas.

Imparidade da carteira de títulos

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Caixa determina que existe imparidade na sua carteira de títulos quando existe uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores de imparidade relevantes. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros fatores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as atuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

Imparidade das aplicações por recuperação de créditos

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.

3. Gestão do risco financeiro

A atividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 80% do ativo.

Estrutura interna

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Conselho de Administração procede, anualmente, à revisão da estratégia e das principais políticas de crédito e princípios orientadores da concessão de crédito, tendo em conta os resultados alcançados e os objetivos estabelecidos.

Em matéria de risco de crédito, a fixação de objetivos centra-se na indicação do mercado alvo e na desagregação da carteira de acordo com critérios como a finalidade, o sector de atividade, as garantias prestadas, maturidade e qualidade do crédito concedido.

O sistema de gestão do risco de crédito apresenta uma adequada segregação de funções, nomeadamente no que respeita a: análise, aprovação e acompanhamento do risco e pretende contribuir para a identificação e correção de eventuais desvios face aos objetivos e orientações estabelecidos.

No que respeita às responsabilidades específicas ao nível da gestão de risco de crédito, estas são:

Conselho de Administração e Direção Geral:

O Conselho de Administração e a Direção Geral são responsáveis pela aprovação das políticas e procedimentos (incluindo níveis de tolerância) relacionados com o risco de crédito e acompanhamento da carteira de crédito, por forma a agir em caso de situações de maior grau de risco. De salientar que o Conselho de Administração é ainda responsável pela aprovação de todos os créditos.

Direção Comercial e Rede de Balcões:

A Direção Comercial é genericamente responsável pela revisão das propostas de crédito e emissão de um parecer, remetendo a informação sobre os processos para aprovação do Conselho de Administração. Procede ainda a análises regulares da carteira de crédito vencido e acompanha a carteira de crédito, reportando as situações mais críticas à Direção Geral e Conselho de Administração. Adicionalmente revê as propostas de recuperação de crédito propostas pela equipa de recuperação e acompanha as situações de crédito reestruturado.

Ao nível da *rede de balcões*, as principais funções no que respeita à gestão de risco de crédito são:

- Recolher informação do cliente no âmbito do processo de aceitação de crédito e análise do *scoring*;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Proceder a uma análise de risco preliminar, emitindo parecer sobre o risco da operação, tendo em consideração a situação patrimonial e financeira do cliente e garantias prestadas;
- Acompanhar a carteira de clientes;
- Analisar a carteira do ponto de vista comercial (pontos críticos e oportunidades).

Direção de Gestão do Risco:

As principais funções em matéria de gestão de risco são as seguintes:

- Preparar e calibrar cenários de tolerância ao risco;
- Definir/atualizar perfil de risco e/ou níveis de tolerância ao risco;
- Comunicar diretrizes aprovadas pelo Conselho de Administração em matéria de risco de crédito;
- Elaborar os testes de esforço sobre a carteira de crédito;
- Emitir parecer sobre as propostas de crédito;
- Monitorar a exposição ao risco de crédito/concentração alertando a equipa de recuperação para o valor de crédito em risco.

Direção jurídica:

Composta pelo técnico jurídico e por técnicos do centro de atendimento a particulares, tem como principal função negociar com os clientes em incumprimento alternativas de regularização da dívida.

A avaliação dos clientes conjuga aspetos de natureza quantitativa e qualitativa e indicadores de comportamento, resultando assim da apreciação dos dados contabilísticos, historial de cumprimento dos clientes e garantias, entre outros aspetos. Nessa mesma avaliação das operações tem particular incidência na ponderação do grau de risco associado, a identificação clara da finalidade dos financiamentos, capacidade de reembolso e contra garantias obtidas.

Controlo e políticas de mitigação

Aos responsáveis pela gestão de crédito cabe o controlo preventivo do risco e a deteção precoce de sinais de deterioração da qualidade dos devedores. Para tal, estão implementados os seguintes procedimentos e produção de informação:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Produção de listagens de limites de crédito a renovar no mês seguinte, sendo estas enviadas para os balcões;
- Acompanhamento do risco de crédito, por cliente e balcão, tendo como base o crédito vivo existente (incluindo os descobertos em conta corrente) e as listagens de limites de crédito;
- Análise quinzenal das posições de grupos económicos, o qual fornece o peso de cada um no total do crédito, bem como nos requisitos de fundos próprios da CEMAH, sendo conferido o cumprimento dos limites;
- Análise regular da exposição do risco de crédito, com base nas carteiras de crédito, aplicações e investimentos, produzindo alguns cenários que suportarão a gestão do capital e o reporte prudencial;
- Acompanhamento do crédito vencido: diariamente são acompanhadas as prestações em dívida, apurando as respetivas razões para estas situações e semanalmente são analisados os créditos com prestações vencidas, por tipo de crédito, antiguidade, contra garantias, perspectivas de regularização e nível de aprovisionamento;
- Análise das situações mais críticas ao nível da carteira de crédito de acordo com indicação dos balcões, para reporte à Direção Geral e Conselho de Administração;
- Análise da exposição dos grupos económicos e de crédito vencido pelo Conselho de Administração, com enfoque nas situações mais críticas, sendo definidas ações a tomar.

Processo de recuperação

- Tendo por base um conjunto de indicadores de alerta (ex. créditos com 3 prestações vencidas) é estabelecido um contacto com o cliente, negociando-se as possibilidades de regularização dos pagamentos em atraso;
- Caso exista uma proposta de reestruturação, são solicitados novos elementos;
- Caso não exista sucesso na negociação por parte da Direção Comercial, os processos são encaminhados para o Conselho de Administração e Direção Geral para definição de medidas de prossecução/resolução (ex. envio para contencioso);
- Quando da passagem para Contencioso a Gestão de Riscos tem 5 dias para preparar o processo.

Políticas de mitigação

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Caixa tem definido um conjunto de políticas e práticas de forma a mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias aquando da concessão de crédito. A Caixa implementa orientações em relação à aceitabilidade de classes específicas de colaterais. Os principais tipos de colaterais para créditos e valores a receber são:

- Hipotecas sobre imóveis;
- Penhores de aplicações efetuadas na Caixa;
- Penhor de ativos como instalações, inventários e contas a receber.

Financiamentos de longo prazo a entidades empresariais e individuais, são geralmente garantidos; créditos individuais de baixo valor e recorrentes geralmente não têm garantia. Adicionalmente, com o intuito de minimizar a perda, no momento em que existam indicadores de imparidade para os créditos e valores a receber, a Caixa procura colaterais adicionais das contrapartes relevantes.

Compromissos de concessão de crédito

O principal objetivo deste tipo de instrumentos é assegurar que os fundos são disponibilizados a um cliente à medida que este os requisite. Compromissos de extensão de crédito representam partes não utilizadas de autorizações para estender o crédito na forma de empréstimos, garantias ou letras de crédito. Relativamente ao risco de crédito associado a este produto, a Caixa está potencialmente exposta a uma perda num montante igual ao total dos seus compromissos não utilizados. Neste âmbito, a Caixa monitoriza com especial atenção os compromissos de crédito revogáveis, uma vez que apenas sobre estes tem poder de ação atempada.

Medição do risco

A Caixa não utiliza modelos internos para medição e cálculo dos requisitos de capital para o risco de crédito. Os requisitos de capital são calculados de acordo com o método padrão, sendo efetuadas adicionalmente análises de sensibilidade e cenário específicas.

Imparidade e políticas de provisionamento

A Caixa avalia semestralmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração e dos Auditores externos, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A metodologia adotada pela Caixa baseia-se num modelo de imparidade para a carteira de crédito, que tem por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade;
3. Cálculo da perda por imparidade.

A Caixa constitui provisões de acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, de 30 de junho. No caso das perdas por imparidade estimadas serem superiores às provisões apuradas de acordo com os mínimos estabelecidos no Aviso acima referido, é efetuado um reforço das provisões em balanço pela respetiva diferença.

Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Disponibilidades em Bancos Centrais	21.725	18.232
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.701	4.990
Aplicações em instituições de crédito	45.510	45.923
Ativos financeiros disponíveis para venda	11.616	11.538
Crédito a clientes	195.347	180.702
Investimentos detidos até à maturidade	20.134	14.858
Outros ativos	1.067	875
Exposição risco crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	10.739	9.433
Linhas de crédito irrevogáveis	16.285	18.356
Outros compromissos		

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito. Para os ativos no balanço, a exposição acima é a quantia escriturada no Balanço.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

Exposição por indústria

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Apresenta-se de seguida os valores de balanço dos ativos sujeitos a risco de crédito, categorizados por tipo de indústria.

	Instituições Financeiras	Setor público	Imobiliário	Indústria transformadora	Serviços	Outras indústrias	Particulares	Total
Disponibilidades em Bancos Centrais	21.725	0	0	0	0	0	0	21.725
Disponibilidades em outras instituições de crédito	3.701	0	0	0	0	0	0	3.701
Aplicações em instituições de crédito	41.510	0	0	0	0	0	0	41.510
Ativos financeiros disponíveis para venda	5.933	4.473	0	0	0	1.211	0	11.616
Crédito a clientes	124	0	14.708	20.780	77.524	43.800	38.411	195.346
Investimentos detidos até à maturidade	218	11.301	0	0	0	8.615	0	20.134
Outros ativos	0	759	0	0	5	0	302	1.067
	73.211	16.533	14.708	20.780	77.529	53.627	38.713	295.102
Garantias prestadas	0	5.000	626	47	4.575	491	0	10.739
Linhas de crédito revogáveis	0	0	1	67	36	33	1.281	1.418
A 31 de dezembro 2013	73.211	21.533	15.335	20.894	82.141	54.151	39.994	307.258
A 31 de dezembro 2012	75.416	26.102	12.043	11.413	75.290	45.156	42.946	288.366

Qualidade da carteira de crédito

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 2013 e 2012 era a seguinte:

	31/12/2013	31/12/2012
Prime	21,79%	19,88%
Standard monitoring	71,80%	73,56%
Special monitoring	1,86%	1,83%
Sub standard	4,55%	4,73%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois fatores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, ativos financeiros disponíveis para venda, e investimentos detidos até à maturidade, é apresentada como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Rating (*)	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Ativos financeiros disponíveis para venda	Créditos e Outros valores a Receber	Investimentos detidos até à maturidade	Total
31/12/2013					
AA- a AA+	-	-	-	-	-
A- a A+	389	5.842	-	-	6.231
Menor que A-	21.448	4.564	-	17.287	43.299
Sem rating	27.374	1.211	-	2.846	31.431
Total	49.211	11.616	-	20.134	80.961
31/12/2012					
AA- a AA+	-	-	-	-	0
A- a A+	7.465	6.046	-	-	13.511
Menor que A-	22.600	4.281	-	11.310	38.191
Sem rating	20.848	1.211	-	3.549	25.607
Total	50.913	11.538	0	14.858	77.309

(*) Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*

ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extra patrimoniais.

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos fatores acima identificados associados essencialmente às aplicações em instituições financeiras, carteira de crédito e títulos (cerca de 83% do ativo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações ativas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com spread's que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são majoradas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é analisada a liquidez da Instituição, evolução das maturidades médias dos ativos e passivos, taxas fixas versus taxas variáveis (e respetivos indexantes). Em função desta avaliação são traçados os objetivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2013 e 2012. Estão incluídos no quadro os ativos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refixação de taxa de juro e a de maturidade.

	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Sem risco de taxa de juro	Total
31 de dezembro de 2013							
Activos							
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	0	0	0	0	0	21.725	21.725
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	0	0	3.701	3.701
Aplicações em instituições de crédito	20.437	23.262	1.811	0	0	0	45.510
Ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	734	9.580	1.302	11.616
Crédito a clientes	95.404	73.299	10.446	6.994	6.686	2.518	195.347
Investimentos detidos até à maturidade	0	0	0	6.469	13.665	0	20.134
Outros ativos	0	0	0	0	0	1.069	1.069
Total de ativos	115.841	96.561	12.257	14.197	29.931	30.315	299.102
Passivos							
Recursos de Bancos Centrais	0	0	0	0	0	0	0
Recursos de outras instituições de crédito	0	0	0	0	0	21	21
Depósitos de clientes	84.601	49.770	143.298	5.729	0	166	283.565
Passivos subordinados	0	0	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0	1.869	1.869
Total de passivos	84.601	49.770	143.298	5.729	0	2.056	285.455
Gap	31.240	46.791	(131.042)	8.467	29.931		
31 de dezembro de 2012							
Total de Ativos	116.093	73.077	19.456	9.740	29.847	28.902	277.116
Total de Passivos	71.742	47.516	140.434	478	0	695	260.865
Gap	44.351	25.561	(120.978)	9.262	29.847		

Medição do risco

Ao nível da gestão e monitorização do risco de taxa de juro a Caixa procede ao cálculo dos *gaps* de *repricing*, de duração e de convexidade, os quais permitem as seguintes análises:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Os valores nominais de ativos e passivos são afetados a diferentes intervalos temporais em função da sua maturidade, se instrumento de taxa fixa, ou da data de refixação da taxa, caso se trate de um instrumento de taxa variável, representando a diferença em cada intervalo entre ativos e passivos o *gap de repricing*; Este permite avaliar o impacto de uma variação paralela na curva da taxa de juro sobre a margem financeira da Instituição;
- A utilização de *gaps* de duração permite visualizar os desfasamentos existentes entre a duração de ativos e passivos, refletindo as implicações que movimentos paralelos na curva da taxa de juro terão para a valorização da carteira bancária; Quando considerada a convexidade o impacto em causa torna-se mais fiável para variações significativas da curva.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 2% nas taxas de juro de mercado a 31 de dezembro de 2013 tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €7.292 milhares e €-2.901 milhares (2012: €6.798 milhares e €-3.084 milhares). O impacto no valor económico da carteira de tal variação nas taxas de juro seria, em tal data, cerca de €2.081 milhares (2012: €1.880 milhares).

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos contratos de gestão discricionária com as referidas entidades, onde se define um benchmark de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efetua os seguintes controlos:

- são feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efetuado a respetiva análise; e
- são realizadas reuniões trimestrais com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa ótica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de dezembro de 2013 e 2012 era como se segue:

	Exposição máxima	
	2013	2012
Ações	91	78
Obrigações	0	0

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2013 e considerando a cotação das ações BES-NOM, uma potencial variação de 10% na cotação do instrumento de capital resultaria num aumento ou diminuição dos capitais próprios de €9 milhares (2012: €8 milhares).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurá-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de dezembro de 2013, 60% (2012: 60%) dos ativos da Caixa dizem respeito à carteira de crédito e 14% (2012: 16%) diz respeito a aplicações em instituições de crédito, sendo ambos integralmente financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pela Direção Geral. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas diariamente aplicações no Mercado Monetário Interbancário (MMI), e periodicamente aplicações a prazos mais alargados. Ambos os tipos de aplicações são objeto de controlo por parte do Departamento Financeiro e da Direção Geral, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respetiva remuneração.

A atividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação suscetível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorados igualmente os ativos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não ativados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efetuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros por prazos de maturidade em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é apresentada como segue:

31 de dezembro de 2013

Recursos de outras instituições de crédito	21	-	-	-	21
Recursos de clientes	132.969	151.744	719	1	285.433

31 de dezembro de 2012

Recursos de outras instituições de crédito	113	-	-	-	113
Recursos de clientes	118.060	142.206	478	8	260.751

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2013

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	899	3.183	12.203	0	0	16.285
Linhas de crédito revogáveis	357	160	899	0	1	1.418
Total	1.256	3.343	13.102	0	1	17.705

31 de dezembro de 2012

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	1.336	4.200	12.743	73	4	18.356
Linhas de crédito revogáveis	593	4.200	1.025	0	7	5.825
Total	1.929	8.400	13.768	73	11	24.181

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
31 de dezembro de 2013						
Recursos de clientes	133.555	142.128	5.728	-	1.869	283.279
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	1.956	662	-	-	17	2.635
31 de dezembro de 2012						
Recursos de clientes	71.983	139.273	478	-	46.955	258.688
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	0
Outros Passivos	1.529	643	-	-	17	2.189

Gestão do capital

Os objetivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;
- Salvaguardar a capacidade da Caixa de continuar como a sua atividade e assim proporcionar retorno para o acionista; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das diretivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal mensalmente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para os exercícios de 2013 e 2012.

Fundos Próprios	2013	2012
Base (i)		
Capital	17.896	17.707
Reservas e Resultados	5.123	4.934
Outros elementos	-1.740	-1.882
	<u>21.279</u>	<u>20.759</u>
Complementares		
Upper Tier 2	569	569
Lower Tier 2	0	0
	<u>569</u>	<u>569</u>
Deduções	1.010	523
	<u>20.838</u>	<u>20.805</u>
Requisitos de Fundos Próprios	16.461	15.353
Ativos ponderados pelo risco		
No balanço	184.246	169.877
Fora do balanço	8.002	7.758
Rácio de Solvabilidade	10,1%	10,8%

(i) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 os Fundos Próprios de Base não incluem qualquer Resultado Líquido do próprio ano, uma vez que estes não se encontravam ainda auditados àquela data.

4. Ativos e passivos financeiros classificados de acordo com as categorias da IAS 39

	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Outros passivos Financeiros	Ativos/ Passivos Não Financeiros	Total
2012						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	27.528	-	-	-	-	27.528
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	3.701	-	-	-	-	3.701
Aplicações em Instituições de crédito	45.510	-	-	-	-	45.510
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	11.616	-	-	-	11.616
Crédito a clientes	195.347	-	-	-	-	195.347
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	20.134	-	-	20.134
Outros ativos	1.067	-	-	-	24.391	25.458
Total Activos	273.154	11.616	20.134	-	24.391	329.294
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	-	-	-
Recursos de outras Instituições de crédito	-	-	-	21	-	21
Depósitos de clientes	-	-	-	285.433	-	285.433
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	0
Outros passivos	-	-	-	-	7.130	7.130
Total Passivos	0	0	0	285.455	7.130	292.585

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Créditos e valores a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Investimentos detidos até à maturidade	Outros passivos Financeiros	Ativos/ Passivos Não Financeiros	Total
2012 reexpresso						
Ativos						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	23.917	-	-	-	-	23.917
Disponibilidades em outras Instituições de crédito	4.990	-	-	-	-	4.990
Aplicações em Instituições de crédito	45.923	-	-	-	-	45.923
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	11.538	-	-	-	11.538
Crédito a clientes	180.702	-	-	-	-	180.702
Investimentos detidos até à maturidade	-	-	14.858	-	-	14.858
Outros ativos	875	-	-	-	23.394	24.269
Total Ativos	256.407	11.538	14.858	0	23.394	306.197
Passivos						
Recursos de Bancos Centrais	-	-	-	5.001	-	5.001
Recursos de outras Instituições de crédito	-	-	-	113	-	113
Depósitos de clientes	-	-	-	260.752	-	260.752
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	0
Outros passivos	-	-	-	-	5.547	5.547
Total Passivos	0	0	0	265.865	5.547	271.413

5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 os valores contábilísticos dos ativos e passivos financeiros comparam com o respetivo justo valor conforme segue:

	Valor contábilístico	Justo valor
31 de dezembro de 2013		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	27.528	27.528
Disponibilidades em outras IC's	3.701	3.701
Aplicações em instituições de crédito	45.510	45.510
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	11.616	11.616
Crédito a clientes	192.282	192.282
Investimentos detidos até à maturidade	20.134	20.134
Total ativos financeiros ao justo valor	300.771	300.771
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de outras instituições de crédito	21	21
Depósitos de clientes	285.433	285.433
Total passivos financeiros ao justo valor	285.454	285.454

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

<u>31 de dezembro de 2012</u>	<u>Valor contabilístico</u>	<u>Justo valor</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	23.917	23.917
Disponibilidades em outras IC's	4.990	4.990
Aplicações em instituições de crédito	45.923	45.923
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	11.538	11.538
Crédito a clientes	178.181	178.181
Investimentos detidos até à maturidade	14.858	14.858
Total ativos financeiros ao justo valor	279.406	279.406
Recursos de bancos centrais	5.001	5.001
Recursos de outras instituições de crédito	113	113
Depósitos de clientes	260.752	260.752
Total passivos financeiros ao justo valor	265.866	265.866

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros mais significativos são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades a Aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os Ativos financeiros disponíveis para venda são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de técnicas de desconto de cash-flows.

No caso de ações não cotadas, sempre que não exista disponível um valor de mercado e não seja possível determinar com fiabilidade o seu justo valor, estas encontram-se reconhecidas ao custo histórico.

O quadro seguinte analisa os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, pelo método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- Nível 2: inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços), quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);

- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Caixa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2013:

31 de dezembro 2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10.405	-	1.211	11.616
Títulos de dívida	10.314	-	-	10.314
Títulos de capital	91	-	1.211	1.302
Total ativos	10.405	-	1.211	11.616
Passivos				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Total passivos	-	-	-	-

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro 2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos				
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	10.327	-	1.211	11.538
Títulos de dívida	10.249			10.249
Títulos de capital	78		1.211	1.289
Total ativos	<u>10.327</u>	<u>-</u>	<u>1.211</u>	<u>11.538</u>
Passivos				
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-
Total passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Crédito a clientes

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que o seu justo valor é próximo do valor contabilístico.

Investimentos detidos até à maturidade

Os Investimentos detidos até à maturidade são constituídos por instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado. Tendo em consideração as taxas de juro intrínsecas, considera-se que o seu valor não difere significativamente do seu justo valor.

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Depósitos de clientes

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, não existem diferenças quantificáveis no seu justo valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. Notas

6.1 Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa	5.803	5.685
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	<u>21.725</u>	<u>18.232</u>
	<u>27.528</u>	<u>23.917</u>

A rubrica Depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à média das taxas marginais das operações principais de refinanciamento do SEBC apuradas durante o período de manutenção considerado. Em 2013, estas taxas variaram entre 0,056% e 0,446% (2012: 0,06% e 0,396%).

6.2 Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo desta rubrica é composto como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	2.037	1.977
Cheques a cobrar	<u>1.612</u>	<u>2.989</u>
	<u>3.649</u>	<u>4.966</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Cheques a cobrar	52	24
	<u>3.701</u>	<u>4.989</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.3 Aplicações em outras instituições de crédito

Quanto à sua natureza, as aplicações em outras instituições de crédito analisam-se como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Aplicações em instituições de crédito no país		
Outras aplicações	45.339	45.562
Juros a receber	171	361
	<u>45.510</u>	<u>45.923</u>

No que respeita à sua duração residual, as aplicações em instituições de crédito decompõem-se como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Até três meses	43.699	42.676
De três meses a 12 meses	1.811	3.247
	<u>45.510</u>	<u>45.923</u>

6.4 Ativos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Instrumentos de dívida		
Títulos cotados		
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa fixa	4.473	4.203
Obrigações de emissores não residentes		
Dívida não subordinada	5.841	6.046
	<u>10.314</u>	<u>10.249</u>
Instrumentos de capital		
Títulos cotados		
Ações de emissores nacionais	91	78
Títulos não cotados		
De emissores nacionais		
Ações	1.211	1.211
	<u>1.302</u>	<u>1.289</u>
	<u>11.616</u>	<u>11.538</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 de dezembro de 2013	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias
Emitidos por residentes					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do Tesouro					
OT 3,35% 10/2015	72.250.000	723	734	722	6
OT 3,85% 04/2021	410.000.000	4.100	3.739	3.795	(269)
		4.823	4.473	4.517	(263)
De Outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Obrigações					
		-	-	-	-
Instrumentos de capital					
Ações					
BES	87.560	-	91	315	(223)
SIBS	10.000	-	1.211	1.211	-
		-	1.302	1.527	(223)
		4.823	5.775	6.044	(486)
Emitidos por não residentes					
Instrumentos de dívida					
De outros não residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Royal Bank of Scotland					
	5.000	5.000	5.842	5.037	746
		5.000	5.842	5.037	746
		9.823	11.617	11.081	260
31 de dezembro de 2012					
	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias
Emitidos por residentes					
Instrumentos de dívida					
De dívida pública portuguesa					
Obrigações do Tesouro					
OT 3,35% 10/2015	72.250.000	723	718	722	(9)
OT 3,85% 04/2021	410.000.000	4.100	3.485	3.795	(496)
		4.823	4.203	4.517	(505)
De Outros residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Obrigações					
		-	-	-	-
Instrumentos de capital					
Ações					
BES	87.560	-	78	316	(236)
SIBS	10.000	-	1.211	1.211	-
		-	1.289	1.527	(236)
		4.823	5.492	6.044	(741)
Emitidos por não residentes					
Instrumentos de dívida					
De outros não residentes					
Outros					
Dívida não subordinada					
Royal Bank of Scotland					
	5.000	5.000	6.046	5.037	946
		5.000	6.046	5.037	946
		9.823	11.538	11.081	204

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em julho 2013 a CEMAH participou no aumento de capital do Banif, SA com o investimento de cerca de €185 milhares e que posteriormente decidiu alienar. Desta operação resultou uma mais-valia que ascendeu a €93 milhares.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa encontra-se dada como garantia a favor do Fundo de Garantia de Depósitos e Banco de Portugal, para garantia das obrigações assumidas pela Caixa. Em dezembro de 2012 foram dados como garantia €6.384 milhares para garantir a participação da CEMAH no Mercado de Operações de Intervenção, permitindo-lhe assim o acesso a operações de política monetária. Em dezembro 2013 não existiam títulos dados como garantia no Mercado de Operações de Intervenção. Esta redução resulta do vencimento, em março 2013, de uma operação realizada com o BCE. A 31 de dezembro de 2013 o valor dos penhores constituídos ascendia a €7.082 milhares (2012: €12.679 milhares).

Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados (SIBS) cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade e como tal estão reconhecidos ao custo. Dada a natureza deste investimento (acesso à rede SIBS), a Caixa não pretende alienar esta participação.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda não apresenta imparidade.

6.5 Crédito a clientes

A rubrica de Crédito a clientes decompõe-se como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Crédito a Clientes		
Créditos não representados por valores mobiliários		
Crédito Interno		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	15.380	27.202
Empréstimos	87.730	62.687
Créditos em conta corrente	1.087	1.996
Descobertos em depósitos à ordem	20.819	18.557
	<u>125.016</u>	<u>110.442</u>
Particulares		
Habituação	19.028	20.161
Consumo	10.650	11.895
Outras finalidades		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	1.758	850
Empréstimos	30.620	29.284
Crédito em conta corrente	108	118
Outros créditos	4.601	4.674
	<u>66.765</u>	<u>66.962</u>
	<u>191.781</u>	<u>177.404</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Crédito a Clientes		
Juros e comissões a receber	820	802
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	173	126
Mais de 90 dias	2.573	2.370
	<u>2.746</u>	<u>2.496</u>
Total Bruto	<u>195.347</u>	<u>180.702</u>
Menos:		
Provisão para créditos de cobrança duvidosa	1.273	886
Provisão para crédito e juros vencidos	1.792	1.635
	<u>3.066</u>	<u>2.521</u>
Total Líquido	<u>192.282</u>	<u>178.182</u>

O movimento ocorrido nas provisões durante o exercício de 2013 é apresentado na Nota 6.12.

De salientar que, para além das provisões para créditos de cobrança duvidosa e crédito vencido, a Caixa tem outras provisões, apresentadas no passivo, (ver Nota 6.12) no montante de €2.142 milhares (2012: €1.981 milhares) que também se destinam a cobrir riscos de crédito (Provisões para riscos gerais de crédito).

A rubrica de crédito interno inclui €1.728 milhares de descobertos em depósitos à ordem, e €22 milhares em crédito a prestações, da Santa Casa de Misericórdia de Angra do Heroísmo que, em 31 de dezembro de 2013, vencem juros a taxas correntes de mercado (2012: €1.502 milhares e €544 milhares, respetivamente).

O escalonamento dos créditos sobre clientes, em função da sua duração residual, é o seguinte:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
<u>Prazos</u>		
Até três meses	23.658	30.635
De três meses a um ano	18.847	25.217
De um a cinco anos	56.389	39.983
Mais de cinco anos	63.679	53.766
Duração indeterminada (*)	29.208	27.803
	<u>191.781</u>	<u>177.404</u>

(*) Descobertos em Depósitos à ordem

A exposição a risco de crédito para contratos com valores vencidos mas sem imparidade, segmentada por antiguidade de incumprimento, é a seguinte:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Exposição Máxima	Provisões para crédito
31 de dezembro de 2013		
Inferior a 3 meses	3.064	3
3 a 6 meses	1.438	34
6 a 12 meses	3.812	326
Superior a 12 meses	3.804	2.455
Total	12.118	2.818
31 de dezembro de 2012		
Inferior a 3 meses	2.099	3
3 a 6 meses	3.065	50
6 a 12 meses	2.493	219
Superior a 12 meses	3.574	2.250
Total	11.230	2.521

A exposição a risco de crédito para contratos com valores vencidos mas sem imparidade, segmentada por antiguidade de incumprimento, desagregada por tipo de produto, apresenta-se conforme se segue:

31 de dezembro de 2013	Descobertos	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Total
Inferior a 3 meses	373	18	2.673	3.064
3 a 6 meses	32	2	1.403	1.437
6 a 12 meses	488	0	3.324	3.812
Superior a 12 meses	488	211	3.105	3.804
Total	1.381	232	10.505	12.116
JV Colaterais	0	535	14.827	15.362
Diferença	1.381	-303	-4.322	-3.244

31 de dezembro de 2012	Descobertos	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Total
Inferior a 3 meses	60	47	1.991	2.099
3 a 6 meses	88	3	2.974	3.065
6 a 12 meses	72	106	2.315	2.493
Superior a 12 meses	527	288	2.759	3.574
Total	747	444	10.039	11.230
JV Colaterais	0	676	11.301	11.977
Diferença	747	-233	-1.261	-747

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No que se refere aos créditos mais significativos com imparidade em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, estes decompõem-se da seguinte forma:

31 de dezembro de 2013	Particulares			Empresas			Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	
Exposição Total	4	6	2.029	1.677	6.397	12.918	23.031
Imparidade	3	0	648	702	179	1.131	2.663
Justo valor dos Colaterais	-	-	2.276	1.193	552	13.561	17.582

31 de dezembro de 2012	Particulares			Empresas			Total
	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	Descoberto	Letras e Livranças	Crédito a Prestações	
Exposição Total	3	80	1.689	316	97	7.678	9.863
Imparidade	3	13	632	210	3	1.013	1.874
Justo valor dos Colaterais	-	-	1.437	134	164	5.172	6.907

Salienta-se que o justo valor dos colaterais inclui as garantias reais (garantias hipotecárias), avaliadas por entidades credenciadas e independentes.

6.6 Investimentos detidos até à maturidade

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	11.301	11.310
De outros residentes		
Dívida não subordinada	6.754	3.548
	<u>18.055</u>	<u>14.858</u>
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De outros não residentes		
Dívida não subordinada	2.079	-
	<u>2.079</u>	<u>-</u>
	<u>20.134</u>	<u>14.858</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	Quantidade	Valor Nominal	Valor Aquisição	Valor Títulos	Juros a receber	Imparidade	Valor Balanço
31 de dezembro de 2013							
Emitidos por residentes							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública portuguesa							
OT 4,95% 25/10/2023	996.500.000	9.965	9.965	9.965	91	-	10.056
OT 4,8% 15/06/2020	115.800.000	1.158	1.242	1.215	30	-	1.245
		11.123	11.207	11.180	121	-	11.301
De outros residentes							
BANCO ESPIRITO BESPL 6,875%	2	200	215	212	6	-	218
BRISA CONCESSÃO BRCORO 6,875%	7	700	747	741	36	-	777
EGLPL 6,85% 18/03/2016	988	494	494	494	10	-	504
PORTUCEL, SA PTIPL 5,375%	6	600	609	608	4	-	612
REN REDES ENERGE 4,125% 31/01/2018	1.000.000	1.000	1.006	1.005	38	-	1.043
REN REDES ENERGE 6,25% 21/09/2016	2.000.000	2.000	2.000	2.000	35	-	2.035
SEMAPA SEMPL 6,85%	50	50	52	51	1	-	52
SONAE SONPL 7% 25/07/2015	5.000	5	5	5	0	-	5
ZON MULTIMEDIA 2012/2015	1.505	1.505	1.506	1.505	3	-	1.508
		6.554	6.634	6.621	133	-	6.754
		17.677	17.841	17.801	254	-	18.055
Emitidos por não residentes							
Instrumentos de dívida							
De outros não residentes							
PORTUGAL TEL FIN PORTEL 4,375%	2	100	104	104	3	-	107
PORTUGAL TEL FIN PORTEL 5%	14	700	732	729	5	-	734
EDP FINANCE BV ELEPOR 5,75%	2	200	221	218	3	-	221
RENEPL 4,75% 16/10/2020	10	1.000	1.008	1.007	10	-	1.017
		2.000	2.065	2.058	21	-	2.079
		19.677	19.906	19.859	275	-	20.134
31 de dezembro de 2012							
Emitidos por residentes							
Instrumentos de dívida							
De dívida pública portuguesa							
OT 4,95% 25/10/2023	996.500.000	9.965	9.965	9.965	91	-	10.056
OT 4,8% 15/06/2020	115.800.000	1.158	1.242	1.224	30	-	1.254
		11.123	11.207	11.189	121	-	11.310
De outros residentes							
REN 6,25% 21/09/2016	2.000.000	2.000	2.000	2.000	34	-	2.034
SONAE 7% 25/07/2015	5.000	5	5	5	-	-	5
ZON Multimédia 2012/2015	1.505	1.505	1.506	1.506	3	-	1.509
		3.510	3.511	3.511	38	-	3.548
		14.633	14.718	14.700	159	-	14.858

Face ao limite de exposição a uma só entidade imposto pelo Banco de Portugal, que no caso da CEMAH corresponde a 35% do valor dos seus Fundos próprios, e que veio limitar as possibilidades de aplicações em depósitos a prazo em outras instituições de crédito como forma de continuar a rentabilizar os seus excedentes

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

de liquidez, a CEMAH canalizou em 2013 cerca de € 5.187 milhares para a aquisição de títulos emitidos por residentes e não residentes que, para além da qualidade dos seus emitentes, ofereciam boas taxas de rentabilidade.

Em setembro de 2012 a CEMAH alienou toda a posição que detinha relativa aos títulos da dívida grega, tendo a mesma gerado uma menos valia de €1.885 milhares (ver Nota 6.24).

6.7 Ativos não correntes detidos para venda

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2013 e de 2012 analisa-se como segue:

	Imóveis	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo em 31.12.2012			
Valor bruto	6.237	50	6.287
Imparidade acumulada	-425	0	-425
Valor líquido	<u>5.812</u>	<u>50</u>	<u>5.862</u>
Movimento			
Adições	1.337	25	1.362
Alienações	-295	-50	-345
Saldo em 31.12.2013			
Valor bruto	7.279	25	7.304
Imparidade acumulada	-600	0	-600
Valor líquido	<u>6.679</u>	<u>25</u>	<u>6.704</u>

O valor de adições registado no exercício de 2013 (€1.362 milhares) refere-se a imóveis e outros ativos tangíveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito (2012: €1.335 milhares).

Em 2013 foram alienados 4 imóveis, registados ao valor de €296 milhares, dos quais resultaram €62 milhares de menos-valias (2012: alienados 21 imóveis, registados ao valor de €112 milhares, dos quais resultaram €32 milhares de menos-valias).

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.12.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.8 Outros ativos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	Imóveis de serviço próprio	Equipamento	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2012					
Custo	9.500	3.281	0	1.696	14.475
Amortizações acumuladas	(2.268)	(2.623)	-	(4)	(4.895)
Valor líquido	<u>7.231</u>	<u>658</u>	<u>0</u>	<u>1.692</u>	<u>9.581</u>
Movimentos no exercício de 2012					
Saldo líquido de abertura	7.231	658	0	1.692	9.581
Adições	-	78	200	9	287
Transferências	-	26	(26)	-	0
Abates	-	(24)	(29)	(1.617)	(1.670)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	23	-	1	24
Amortizações do exercício	<u>(183)</u>	<u>(248)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(431)</u>
Saldo líquido de encerramento	<u>7.048</u>	<u>513</u>	<u>145</u>	<u>85</u>	<u>7.791</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012					
Custo	9.500	3.362	145	88	13.095
Amortizações acumuladas	<u>(2.452)</u>	<u>(2.849)</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>(5.304)</u>
Valor líquido	<u>7.048</u>	<u>513</u>	<u>145</u>	<u>85</u>	<u>7.791</u>
Movimentos no exercício de 2013					
Saldo líquido de abertura	7.048	513	145	85	7.791
Adições	34	70	166	3	273
Transferências	77	81	(201)	-	(43)
Abates	-	(98)	-	-	(98)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	98	-	-	98
Amortizações do exercício	<u>(185)</u>	<u>(212)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(397)</u>
Saldo líquido de encerramento	<u>6.974</u>	<u>452</u>	<u>110</u>	<u>88</u>	<u>7.624</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013					
Custo	9.610	3.417	110	91	13.228
Amortizações acumuladas	<u>(2.636)</u>	<u>(2.965)</u>	<u>-</u>	<u>(3)</u>	<u>(5.604)</u>
Valor líquido	<u>6.974</u>	<u>452</u>	<u>110</u>	<u>88</u>	<u>7.624</u>

Os aumentos verificados em 2013 na rubrica de Imóveis de serviço próprio referem-se a melhoramentos realizados no edifício da sede (€87 milhares), no edifício do balcão de Ponta Delgada (€16 milhares) e no edifício do centro de clientes (€7 milhares).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As adições mais significativas realizadas na rubrica de Equipamento durante o ano 2013 compreendem aquisições de mobiliário e material diverso para os serviços centrais (€12 milhares), máquinas e ferramentas, tais como, contadoras de notas (€28 milhares), equipamento informático (€15 milhares) e equipamento de segurança (€9 milhares).

Em 31 de dezembro de 2013 a rubrica de Ativos tangíveis em curso inclui valores referentes a investimentos realizados na rede de Terminais de Pagamento Automático da CEMAH (€23 milhares), na aquisição de digitalizadores de cheques que se destinam aos balcões da CEMAH (€7 milhares), na aquisição de diverso equipamento informático que aguarda instalação e entrada em funcionamento (€69 milhares) e cobertura a ser instalada no pátio da sede (€11 milhares).

As transferências ocorridas da rubrica Ativos tangíveis em curso para Imóveis de serviço próprio são referentes aos melhoramentos que ocorreram no edifício da sede (€77 milhares). As transferências para a rubrica de Equipamento dizem respeito à transferência de mobiliário para a sede (€7 milhares), a Terminais de Pagamento Automático que entraram em funcionamento (€35 milhares) e a digitalizadores e outro equipamento informático (€39 milhares). Os restantes €43 milhares, referentes a investimentos realizados na rede de Terminais de Pagamento Automático da CEMAH, foram classificados como Gastos gerais administrativos e como Outro ativo intangível.

Os Equipamentos abatidos em 2013 dizem respeito a bens que se encontravam obsoletos e danificados, nomeadamente, máquinas e ferramentas e equipamento informático.

6.9 Ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro analisa-se como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Sistemas tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em Curso	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2012				
Custo	1.814	472	77	2.363
Amortizações acumuladas	(1.777)	-	(15)	(1.793)
Valor líquido	<u>37</u>	<u>472</u>	<u>62</u>	<u>570</u>
Movimentos no exercício de 2012				
Saldo líquido de abertura	37	472	62	570
Adições	31	256	-	287
Transferências	54	(54)	-	-
Amortizações do exercício	(33)	-	(15)	(48)
Saldo líquido de encerramento	<u>88</u>	<u>674</u>	<u>46</u>	<u>808</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012				
Custo	1.898	674	77	2.649
Amortizações acumuladas	(1.810)	-	(31)	(1.841)
Valor líquido	<u>88</u>	<u>674</u>	<u>46</u>	<u>808</u>
Movimentos no exercício de 2013				
Saldo líquido de abertura	88	674	46	808
Adições	17	115	-	132
Transferências	705	(677)	-	28
Amortizações do exercício	(93)	-	(15)	(108)
Saldo líquido de encerramento	<u>717</u>	<u>112</u>	<u>31</u>	<u>860</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013				
Custo	2.620	112	77	2.809
Amortizações acumuladas	(1.903)	-	(46)	(1.949)
Valor líquido	<u>717</u>	<u>112</u>	<u>31</u>	<u>860</u>

As transferências registadas na rubrica de Sistemas tratamento automático de dados respeitam ao projeto Transakt (módulo de crédito) e ao Sistema Integrado de Gestão (SIG) (€677 milhares). O restante montante (€28 milhares) resulta da reclassificação que ocorreu na rubrica Outros ativos tangíveis.

Em 31 de dezembro em 2013 o valor da rubrica Ativos intangíveis em curso diz respeito ao projeto de modernização de aplicações já existentes (módulo de crédito, site institucional, Home e Mobile Banking) dotando-as com requisitos técnicos e funcionais (€88 milhares) e ao projeto de Reporte Bancário: COREP E FINREP que procura satisfazer as exigências do Basileia III.

6.10 Impostos Ativos e Passivos

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser analisada no quadro que se segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>	<u>Ativos</u>	<u>Passivos</u>
Impostos correntes				
IRC	-	539	-	99
	<u>-</u>	<u>539</u>	<u>-</u>	<u>99</u>
Impostos diferidos				
Provisões tributadas:				
- Crédito hipotecário	169	-	141	-
- Excesso Aviso 3/95	95	-	-	-
- Riscos gerais de crédito	323	-	311	-
Prémios de antiguidade	40	-	40	-
Títulos (reserva justo valor)	(60)	-	(81)	-
Reavaliação imóveis	(24)	-	(27)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>-</u>
	<u>543</u>	<u>-</u>	<u>436</u>	<u>-</u>
Total de impostos em balanço	<u>543</u>	<u>539</u>	<u>436</u>	<u>99</u>

6.11 Outros ativos

A rubrica de Outros ativos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	94	64
Devedores por bonificações a receber	665	514
Outros devedores	302	280
	<u>1.062</u>	<u>858</u>
Outros activos		
Outras disponibilidades	5	17
Outros imóveis	-	-
Economato	48	70
Numismática e outros metais preciosos	11	11
	<u>65</u>	<u>98</u>
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	434	845
	<u>434</u>	<u>845</u>
Outras contas a regularizar		
Outras operações a regularizar	13	2
	<u>13</u>	<u>2</u>
	<u>1.573</u>	<u>1.803</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A 31 de dezembro de 2013, a rubrica Sector público administrativo inclui o valor dos pagamentos especiais por conta efetuados em 2012 e em 2013 (€62 milhares) e retenções na fonte efetuadas por terceiros em 2013 (€32 milhares). A rubrica Devedores por bonificações a receber contém os valores a receber do Governo Regional dos Açores (€662 milhares) e da Direção Geral do Tesouro (€3 milhares) relativos a bonificações (2012: €507 milhares e €7 milhares, respetivamente).

A rubrica Outras despesas com encargo diferido diz respeito essencialmente ao acréscimo de responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios resultante da transição para as NCA, que ainda não foram amortizadas por contrapartida de resultados transitados, cerca de €389 milhares (ver nota 2.3.7). A variação ocorrida no exercício é explicada na sua maioria pelo valor da amortização anual dos encargos com pensões de reforma e outros benefícios, acima referida, no valor de €416 milhares (2011: €416 milhares).

6.12 Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante o exercício de 2013 resumem-se conforme segue:

Movimentos em 2013					
	Saldo em 31/12/2012	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	Saldo em 31/12/2013
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	1.635	1.566	(1.387)	(22)	1.792
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	886	1.472	(1.084)	-	1.274
Provisões para riscos gerais de crédito	1.981	1.613	(1.453)		2.142
Outras Provisões	15	43	-	(15)	43
Total Provisões	4.517	4.694	3.924	(37)	5.250
Imparidade em tít. e part. financeiras	-				-
Imparidade em ativos não financeiros	425	177	(2)		600
Total Imparidades	425	177	(2)	-	600
Total provisões e imparidades	4.942	4.872	3.926	(37)	5.850
Movimentos em 2012					
	Saldo em 31-12-2011	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	Saldo em 31-12-2012
Provisões específicas p/ crédito a clientes					
Provisões para crédito vencido	1.438	1.464	(1.103)	(163)	1.635
Provisões para crédito de cobrança duvidosa	573	1.018	(698)	(8)	886
Provisões para riscos gerais de crédito	1.756	1.265	(1.040)	(0)	1.981
Outras Provisões	13	15	-	(13)	15
Total Provisões	3,781	3,762	(2,841)	(184)	4,517
Imparidade em tít. e part. financeiras	1,270	365	-	(1,635)	-
Imparidade em ativos não financeiros	364	85	-	(24)	425
Total Imparidades	1,633	451	-	(1,660)	425
Total provisões e imparidades	5,415	4,212	(2,841)	(1,844)	4,942

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No que respeita ao movimento das provisões para crédito a clientes, destaca-se o aumento líquido de cerca de €545 milhares nas provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e de €161 milhares nas provisões para riscos gerais de crédito (2012: aumento de €510 milhares e €225 milhares, respetivamente).

Em 2013 e em 2012, o aumento da provisão para imparidade em ativos não financeiros resultou da reavaliação de imóveis em carteira.

6.13 Recursos de bancos centrais

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica Recursos de bancos centrais incluía €5.000 milhares do Banco Central Europeu obtidos no âmbito da cedência regular de liquidez em leilão (operação de refinanciamento) que se venceram em 28 de março de 2013 com pagamento de juros à taxa de 0,75%.

6.14 Recursos de outras instituições de crédito

Esta rubrica inclui os depósitos à ordem de outras instituições de crédito num montante global de €21 milhares (2012: €113 milhares).

6.15 Recursos de Clientes

O saldo desta rubrica é composto, quanto à sua natureza, como se segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Recursos de Residentes		
Depósitos à ordem	60.710	46.653
Depósitos a prazo	132.339	146.750
Depósitos de poupança	88.361	64.983
Cheques e ordens a pagar	1.869	302
	<u>283.279</u>	<u>258.688</u>
Juros a Pagar	2.154	2.064
	<u>285.433</u>	<u>260.752</u>

Quanto à duração residual, estes recursos decompõem-se da seguinte forma:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

<u>Prazos</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Exigível à vista	64.733	49.119
Exigível a prazo		
Até 3 meses	72.845	71.983
De três meses a um ano	147.136	139.273
De um a cinco anos	719	377
	<u>220.700</u>	<u>211.633</u>
	<u>285.433</u>	<u>260.752</u>

A 31 de dezembro de 2013, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem oscilavam entre 0 % e 2% (2012: 0% e 3%), e as referentes a depósitos a prazo e de poupança entre 1% e 5,5% (2012: 1% e 6,75%).

6.16 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
		<small>valores reexpressos</small>
Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.18)	16.635	16.055
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.18)	<u>(14.875)</u>	<u>(14.995)</u>
	1.759	1.060
Credores e outros recursos		
Outros recursos	15	17
Sector público administrativo	275	229
Outros credores	<u>375</u>	<u>125</u>
	665	371
Encargos a pagar		
Gastos com pessoal	477	436
Gastos gerais administrativos	12	48
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	<u>174</u>	<u>159</u>
	662	643
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	<u>1.321</u>	<u>1.177</u>
	1.321	1.177
Outros Passivos	<u>4.407</u>	<u>3.251</u>

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH e de débitos diretos junto da SIBS.

6.17 Caixa e equivalentes de caixa

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade inicial resumem-se conforme segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Caixa	5.803	5.685
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	21.725	18.232
Disponibilidades à vista em outras IC's	3.701	4.990
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	<u>38.200</u>	<u>28.000</u>
	<u>69.429</u>	<u>56.907</u>

6.18 Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

6.18.1 Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19R.

O BPI Pensões é a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas e pela gestão do respetivo fundo de pensões. A avaliação atuarial tem por base o método "ProjectedCreditUnit" e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

	<u>Pressupostos</u>	
	<u>31-Dez-13</u>	<u>31-Dez-12</u>
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto	4.00%	4.50%
Taxa de crescimento salarial	2.00%	2.25%
Taxa de crescimento das pensões	1.00%	1.25%
Taxa de rentabilidade do Fundo	4.00%	4.50%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EKV 80	EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Percentagem de Casados	80.0%	80.0%
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo atuarial adotado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2013 a Caixa tem 115 participantes no Fundo de Pensões, dos quais 61 são trabalhadores no ativo, 27 são reformados, 17 são pensionistas e 10 são ex-trabalhadores (2012: 115, 63, 26, 15 e 11, respetivamente).

No que respeita à esperança média de vida dos participantes do fundo, esta apresentava a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Esperança média de vida (anos)		
Ativos	32.5	33.4
Ex-Trabalhadores	30.7	31.6
Reformados	16.2	17.2
Pensionistas	13.1	14.3

As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respetiva cobertura do Fundo de Pensões resumem-se como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Responsabilidades por serviços passados		
Colaboradores no ativo	8.828	8.584
Pensionistas, reformados e ex-trabalhadores	<u>7.807</u>	<u>7.471</u>
	<u>16.635</u>	<u>16.055</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões	14.875	14.995
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>(1.760)</u>	<u>(1.060)</u>

A evolução do valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Responsabilidades no início do exercício	16,055	14,000
Custo do serviço corrente	72	37
Custo dos juros	713	757
Pensões Pagas	(554)	(549)
Remensurações	349	2,054
Custo dos serviços passados	0	(244)
Responsabilidades no fim do exercício	<u>16,635</u>	<u>16,055</u>

Em 31 de dezembro de 2013 a duração média das responsabilidades destes benefícios é de 15 anos.

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2013 e de 2012, relativo ao valor dos ativos do Fundo de Pensões foi como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u>
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	14,995	13,107
Contribuições	-	1,650
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(568)	(576)
Rendimento esperado dos activos	666	578
Remensurações	(218)	236
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	<u>14,875</u>	<u>14,995</u>

A taxa de rentabilidade real do fundo de pensões em 2013 foi de 3,4%. A contribuição estimada para o fundo em 2014 ascende a 237 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u> <u>reexpresso</u>
Custo dos serviços correntes	72	37
Custo dos juros	713	757
Rendimento esperado dos activos	(666)	(578)
Amortização dos Ganhos fora do corredor	-	-
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	(45)	(53)
Prémio de seguro	-	34
Custo/(ganho) com serviços passados	-	(244)
Total incluído em Custos com pessoal	<u>74</u>	<u>(47)</u>

Em 31 de dezembro de 2013, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respetiva cobertura encontram-se refletivos na nota 6.16.

As remensurações do exercício, registadas em Outro rendimento integral, decompõem-se como segue:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>31-12-2013</u>	<u>31-12-2012</u> <u>reexpresso</u>
Taxa de rentabilidade do Fundo	(218)	236
Responsabilidades nas pensões	(349)	(2,054)
Outros	(12)	6
	<u>(579)</u>	<u>(1,811)</u>

As remensurações decompõem-se pelas seguintes categorias:

	<u>31-12-2013</u>		
	<u>Passivo do plano</u>	<u>Ativo do plano</u>	<u>Total</u>
Desvios financeiros	569	-	569
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(220)	230	10
	<u>349</u>	<u>230</u>	<u>579</u>

	<u>31-12-2012</u>		
	<u>Passivo do plano</u>	<u>Ativo do plano</u>	<u>Total</u>
Desvios financeiros	2,185	-	2,185
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	(131)	(242)	(374)
	<u>2,054</u>	<u>(242)</u>	<u>1,811</u>

Os ativos do Fundo apresentam a seguinte decomposição:

	<u>31/12/2013</u>		<u>31/12/2012</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Percentagem</u>	<u>Valor</u>	<u>Percentagem</u>
Obrigações	4.313	29,0%	3.805	25,4%
Ações	2.335	15,7%	1.832	12,2%
Imobiliário	253	1,7%	291	1,9%
Retorno Absoluto	179	1,2%	0	0,0%
Liquidez	7.795	52,4%	9.067	60,5%
	<u>14.875</u>	<u>100,0%</u>	<u>14.995</u>	<u>100,0%</u>

6.18.2 Prémio de Antiguidade

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de antiguidade a 31 de dezembro de 2013 é de €174 milhares (31.12.2012: €159 milhares). Os desvios atuariais ascenderam a €-9 milhares. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.16).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.18.3 Análises de Sensibilidade

Os impactos das análises de sensibilidade efetuadas para o plano de pensões e para o prémio de antiguidade são as seguintes:

	2013		2012	
	Plano de Pensões	Prémio de Antiguidade	Plano de Pensões	Prémio de Antiguidade
Taxa de desconto - 0.5%	1,321	6	1,295	6
Taxa de desconto + 0.5%	(1,179)	(6)	(1,154)	(5)
Taxa de crescimento das pensões - 0.5%	(848)	-	(812)	-
Taxa de crescimento das pensões + 0.5%	923	-	884	-
Taxa de crescimento dos salários - 0.5%	(412)	(6)	(399)	(5)
Taxa de crescimento dos salários + 0.5%	449	6	430	6
Esperança de vida + 1 ano	517	0	481	0
Esperança de vida - 1 ano	(523)	(0)	(488)	(0)

6.19 Capital, reserva de reavaliação, outras reservas e resultados transitados

Capital

Em 31 de dezembro de 2013, o capital estatutário da Caixa é de €17.896 milhares encontrando-se totalmente realizado. A Caixa é detida a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

Conforme deliberação da Assembleia-geral de 26 de março de 2013, o resultado líquido da Caixa referente ao exercício de 2012, no montante de €753 milhares (após absorção dos resultados transitados negativos no valor de €416 milhares), foi distribuído da seguinte forma: 25% para Capital; 25% para Reserva Legal, 25% para Reserva Estatutária e 25% para distribuir ao acionista.

No decurso do exercício de 2013, o capital registou um aumento de cerca de €188 milhares, resultante da afetação anual do resultado líquido do exercício (de acordo com os seus Estatutos, o capital da Caixa deverá ser elevado anualmente com 25% do lucro líquido anual, depois de deduzidos os valores a transferir para as reservas legal/geral, especial e distribuição de lucros ao acionista).

Reserva de reavaliação

Os saldos das contas de reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	31-12-2013	31-12-2012
Reserva reavaliação		
Reserva de justo valor (Ver Nota 6.4)	260	204
Reservas de reavaliação legal	569	569
	<u>829</u>	<u>773</u>
Impostos diferidos	(60)	(81)
	<u>769</u>	<u>692</u>

A rubrica reserva de justo valor diz respeito à variação do justo valor dos títulos registados em ativos financeiros disponíveis para venda.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efetuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro. Não foi efetuada qualquer reavaliação de ativos tangíveis durante os exercícios de 2013 e de 2012.

A reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real atual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e
- (iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

Outras reservas e resultados transitados

Os saldos das contas de outras reservas e resultados transitados decompõem-se da seguinte forma:

	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
		valores reexpressos	valores reexpressos
Reserva legal	1.808	1.620	1.413
Reserva Especial	3.777	3.589	3.381
Resultados Transitados	(462)	192	1.945
	<u>5.123</u>	<u>5.401</u>	<u>6.739</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	31-12-2013	31-12-2012 valores reexpressos
Reserva legal		
Saldo em 1 de janeiro	1,620	1,413
Transf. Resultados Transitados	188	207
Transf. Para Capital	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>1,808</u>	<u>1,620</u>
Reserva especial		
Saldo em 1 de janeiro	3,589	3,381
Transf. Resultados Transitados	188	207
Saldo em 31 de dezembro	<u>3,777</u>	<u>3,589</u>
Resultados Transitados		
Saldo em 1 de janeiro	193	1,945
Resultado líquido ano anterior	1,122	1,276
Amortização do impacto IAS 19 - Aviso nº 12/2001	(416)	(416)
IAS 19 - Remensurações	(579)	(2,143)
Transf.p/ Capital	(188)	(207)
Distribuição dividendos	(188)	(207)
Transf.p/ reserva legal	(188)	(207)
Transf.p/ outras reservas	(188)	(207)
Impostos diferidos	(28)	360
	<u>(462)</u>	<u>193</u>
	<u>5,123</u>	<u>5,401</u>

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias (conforme a alínea a) do artigo 27º dos Estatutos da CEMAH). A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio) exige que a reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 20% do lucro líquido anual, até atingir pelo menos 25% da totalidade dos depósitos. De acordo com os Estatutos, o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2013 esta reserva registou um aumento de cerca de €188 milhares por via da distribuição de resultados.

A reserva especial só pode ser utilizada para cobrir prejuízos resultantes das atividades correntes. A legislação Portuguesa aplicável às caixas económicas (artigos 26º e 27º do Decreto-Lei nº 136/79, de 18 de maio) exige que a reserva especial seja anualmente creditada com pelo menos 5% do lucro líquido anual. De acordo com os Estatutos o montante a creditar anualmente foi elevado para 25% do lucro líquido anual. Durante o exercício de 2013 esta reserva registou um aumento de cerca de €188 milhares (2012: €207 milhares).

6.20 Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	10.739	9.433
Ativos dados em garantia (i)	<u>7.082</u>	<u>12.679</u>
	<u>17.821</u>	<u>22.112</u>
Garantias recebidas		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	60.634	66.749
Garantias reais (ativos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	<u>183.103</u>	<u>153.484</u>
	<u>243.737</u>	<u>220.233</u>
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	16.285	18.356
Outros compromissos	872	872
Linhas de crédito revogáveis	<u>3.049</u>	<u>3.782</u>
	<u>20.206</u>	<u>23.010</u>
Compromissos assumidos por terceiros		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis (ii)	<u>1.850</u>	<u>1.850</u>
	<u>1.850</u>	<u>1.850</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	41	17
De cobrança de valores	<u>2.132</u>	<u>3.083</u>
	<u>2.173</u>	<u>3.100</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores - Ativos sob gestão (iii)	<u>45.938</u>	<u>44.895</u>
	<u>45.938</u>	<u>44.895</u>
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao ativo	1.155	1.184
Juros vencidos	220	230
Contas diversas (iv)	<u>52.484</u>	<u>35.602</u>
	<u>53.859</u>	<u>37.016</u>

- i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Banco de Portugal no valor de €7.082 milhares (2012: €12.679 milhares);
- ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal;
- iii) Inclui ativos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão).
- iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.21 Margem Financeira

	2013	2012
Juros e rendimentos similares		
Disponibilidades s/ Bancos Centrais	13	24
Disponibilidades s/ OIC	0	10
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário	36	134
Depósitos	1.266	2.465
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	901	796
Empréstimos	4.694	3.570
Crédito conta corrente	109	101
Descobertos DO	1.570	1.310
Factoring	-	-
Particulares		
Habitação	599	715
Consumo	922	1.102
Outras finalidades		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	62	72
Empréstimos	1.676	1.451
Crédito conta corrente	14	24
Descobertos DO	323	386
Outros créditos e valores a receber (titulados)	9	123
Crédito vencido	426	357
Juros e rendimentos similares outros activos	1.387	1.136
Devedores e outras aplicações	-	-
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	117	114
	<u>14.124</u>	<u>13.890</u>
Juros e encargos similares:		
Recursos de bancos Centrais	9	1
Recursos IC país	(-)	-
Depósitos à ordem	113	145
Depósitos a prazo do tipo promissória	4.304	5.719
Depósitos a prazo do tipo poupança	2.288	1.113
	<u>6.715</u>	<u>6.978</u>
Margem financeira	<u>7.410</u>	<u>6.912</u>

Em 2013, das variações registadas na margem financeira, salienta-se a redução verificada nos juros das aplicações a prazo da CEMAH (€1.199 milhares), resultante tanto da redução das taxas de juro de mercado face ao ano anterior, como da limitação legal à concentração de risco por entidade, que levou a que a CEMAH tivesse que optar por alternativas de aplicação do seu excedente de liquidez diferentes dos depósitos em outras instituições de crédito.

Dos juros e rendimentos similares de outros ativos constam os juros dos ativos financeiros disponíveis para venda e dos investimentos detidos até à maturidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6.22 Rendimentos de instrumentos de Capital

A rubrica Rendimentos de instrumentos de capital inclui os dividendos recebidos da participação na SIBS (€12 milhares).

6.23 Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outras comissões recebidas		
Por serviços bancários prestados	169	132
Por garantias prestadas	422	428
Emissão de cheques	108	106
Comissões de processamento	504	515
Multibanco	642	574
Comissões de manutenção	15	27
Comissão levantamento numerário	61	65
Outras	9	21
	<u>1.930</u>	<u>1.868</u>
Outras comissões pagas		
Por operações realizadas por terceiros	22	14
Outras	291	288
	<u>313</u>	<u>302</u>
	<u>1.617</u>	<u>1.566</u>

Das comissões recebidas associadas ao Multibanco, €306 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário.

Das Outras comissões pagas, €238 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário.

6.24 Resultados Líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ganhos e perdas em diferenças cambiais	64	78
Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	93	4
Ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade (ver Nota 6.6)	-	(1.885)
	<u>157</u>	<u>(1.803)</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos relacionados com os câmbios EUR/USD e EUR/CAD.

Os ganhos e perdas em investimentos detidos até à maturidade incluem os resultados da alienação da dívida helénica.

6.25 Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendimentos e receitas operacionais		
Ganhos em outros ativos tangíveis	-	-
Outras receitas operacionais	<u>388</u>	<u>142</u>
	<u>388</u>	<u>142</u>
Encargos e gastos operacionais		
Quotizações e donativos	191	123
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	66	57
Perdas em activos não financeiros	62	32
Outros gastos operacionais	132	104
Outros impostos	<u>30</u>	<u>8</u>
	<u>481</u>	<u>324</u>
	<u>(93)</u>	<u>(182)</u>

O aumento registado na rubrica Outras receitas operacionais ficou a dever-se ao fato de, em 2013, apesar de todas as diligências tomadas no sentido dos clientes procederem à atualização dos dados, a CEMAH ter procedido ao encerramento de contas com saldo credor.

Em 2013, dos €132 milhares registados em Outros gastos operacionais constam, entre outros, abatimentos ao ativo (€50 milhares), os pagamentos efetuados pela utilização dos serviços da Bloomberg (€21 milhares) e do BPnet do Banco de Portugal (€13 milhares) bem como a contribuição para o Fundo de Resolução (€17 milhares).

6.26 Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2013	2012 <small>valores reexpressos</small>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	135	137
Remunerações dos empregados	2.433	2.397
Encargos sociais obrigatórios	678	567
Outros custos com pessoal	37	41
	<u>3.283</u>	<u>3.142</u>

Durante os exercícios de 2013 e 2012 o número médio de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH apresenta-se como segue:

	2013	2012
Administradores executivos	3	3
Quadros superiores	9	10
Outros quadros	10	10
Administrativos	6	6
Outros colaboradores	71	63
	<u>99</u>	<u>92</u>

6.27 Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2013	2012
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	87	89
Material de consumo corrente	134	30
Publicações	5	6
Material de higiene e limpeza	1	-
Outros fornecimentos de terceiros	33	15
Com serviços		
Rendas e alugueres	116	109
Comunicações	259	279
Deslocações, estadas e representação	101	111
Publicidade e edição de publicações	162	197
Conservação e reparação	309	231
Formação de pessoal	32	45
Seguros	18	12
Serviços especializados	945	835
Outros serviços de terceiros	17	20
	<u>2.219</u>	<u>1.979</u>

A necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário da instituição, tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respetiva

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

rubrica no total dos gastos gerais administrativos que, em 31 de dezembro de 2013, ascende a €309 milhares (2012: €231 milhares). De salientar ainda o valor referente a Serviços especializados, no montante de €945 milhares (2012: €835 milhares), representando em 2013 cerca de 43% (2012: 42%) do total de gastos gerais administrativos, que inclui essencialmente, a prestação de serviços pela SIBS e os honorários dos auditores e outros consultores externos.

Dando cumprimento à alínea b) do nº1 do artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante o exercício de 2013 com a sociedade de revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados resumem-se conforme:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Revisão Legal de Contas	72	69
Outros serviços de garantia e fiabilidade	121	98
Consultoria Fiscal	43	30
Outros	-	2
	<u>236</u>	<u>199</u>

6.28 Impostos sobre lucros

Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC. A liquidação e pagamento do IRC são efetuados com base na declaração modelo 22, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuado reporte de prejuízos fiscais, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

Apuramento do imposto corrente do exercício

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Resultado antes de impostos	2.150	1.084
Variações patrimoniais (Fundo de Pensões)	(714)	(416)
Provisões não dedutíveis ou acima dos limites fiscais	1.660	975
Reversão de provisões tributadas	(981)	(439)
Menos valias fiscais	-	(1.551)
Outros valores	103	139
Resultado fiscal	<u>2.218</u>	<u>(208)</u>

A taxa nominal de imposto é de 25% (ver Nota 2.3.9). A taxa efetiva de imposto encontra-se influenciada, essencialmente, pela variação patrimonial relacionada com o Fundo de Pensões (transição para as NCA).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Adicionalmente, em resultado da aplicação do CFEI (Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento), nos termos do artigo 6.º da Lei n.º 49/2013, de 16 de Julho, estima-se que o imposto a pagar em 2013 será reduzido em aproximadamente € 73 milhares. Este benefício fiscal consiste numa dedução à coleta de IRC correspondente a 20% das despesas de investimento (com o limite máximo de €5.000 milhares) em ativos afetos à exploração, realizadas entre 1 de junho e 31 de dezembro de 2013. A referida dedução é efetuada na liquidação do IRC de 2013, e pode ir até ao máximo de 70% do valor da coleta de IRC.

Apuramento do imposto diferido do exercício

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registados em balanço é como segue:

	<u>31/12/2013</u>	<u>31/12/2012</u>
Impostos diferidos:		
Ativos	543	436
Passivos	-	-
	<u>543</u>	<u>436</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultados do exercício	86	185
Reservas de reavaliação (justo valor)	21	(580)
Outras reservas e resultados transitados	-	-
	<u>107</u>	<u>395</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registados durante os exercícios de 2013 e 2012 é como segue:

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva
	01.01.2013	31.12.2013	01.01.2013	31.12.2013	31.12.2013	justo valor 31.12.2013
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	565	733	141	169	27	-
- Excesso Aviso 3/95		414		95	95	
- Riscos gerais de crédito	1.243	1.403	311	323	12	-
Prémios de antiguidade	159	174	40	40	0	-
Títulos (reserva justo valor)	(322)	(260)	(81)	(60)	-	21
Reavaliação imóveis	(107)	(102)	(27)	(24)	3	-
Prejuízo fiscal	208	-	52	-	(52)	-
	<u>1.746</u>	<u>2.363</u>	<u>436</u>	<u>543</u>	<u>86</u>	<u>21</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balanço		Resultados	Reserva justo valor
	01.01.2012	31.12.2012	01.01.2012	31.12.2012	31.12.2012	31.12.2012
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	269	565	67	141	74	-
- Excesso Aviso 3/95						
- Riscos gerais de crédito	1.016	1.243	254	311	56	-
Prémios de antiguidade	153	159	36	40	2	-
Títulos (reserva justo valor)	1.999	(322)	500	(81)	-	580
Reavaliação imóveis	(112)	(107)	(26)	(27)	1	-
Prejuízo fiscal	-	208	-	52	52	-
	3.327	1.746	832	436	185	580

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre a base contabilística dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo, mais concretamente à taxa de 23%.

6.29 Transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2013, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

Nome da entidade

Acionista

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Outras empresas relacionadas

EVT - Autoagrícola - Sociedade Unipessoal

EVT - Empresa de Viação Terceirense, Lda.

Escola de Condução Ilha 3, Lda.

UNICOL - União Cooperativas Lactínios Terceirense, UCRL

PRONICOL - Produtos Lácteos, SA

SOMAR, Lda.

Membros do Conselho de Administração e Direção Geral

Carlos Manuel Brasil Silva Raulino

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

José Mancebo Soares

Leonildo Garcia Vargas

António Gabriel Fraga Martins Maio

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o montante global dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração e Direção Geral	Total
31 de Dezembro de 2013				
Ativos				
Crédito	1.750	4.514	22	6.286
	<u>1.750</u>	<u>4.514</u>	<u>22</u>	<u>6.286</u>
Passivos				
Depósitos	723	1.483	302	2.508
	<u>723</u>	<u>1.483</u>	<u>302</u>	<u>2.508</u>
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	4	351	1	356
Comissões recebidas	0	12	-	12
	<u>4</u>	<u>363</u>	<u>1</u>	<u>368</u>
Custos				
Juros e encargos similares	36	2	10	48
Donativos	155	-	-	155
	<u>191</u>	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>203</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	0	331	-	331
	<u>-</u>	<u>331</u>	<u>-</u>	<u>331</u>
	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração e Direção Geral	Total
31 de Dezembro de 2012				
Ativos				
Crédito	2.046	5.272	27	7.345
	<u>2.046</u>	<u>5.272</u>	<u>27</u>	<u>7.345</u>
Passivos				
Depósitos	1.016	329	281	1.626
	<u>1.016</u>	<u>329</u>	<u>281</u>	<u>1.626</u>
Proveitos				
Juros e rendimentos similares	8	369	1	378
Comissões recebidas	-	13	-	13
	<u>8</u>	<u>382</u>	<u>1</u>	<u>391</u>
Custos				
Juros e encargos similares	53	2	11	66
Donativos	45	-	-	45
	<u>98</u>	<u>2</u>	<u>11</u>	<u>111</u>
Extrapatrimoniais				
Garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	313	-	313
	<u>-</u>	<u>313</u>	<u>-</u>	<u>313</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Não foram constituídas quaisquer provisões específicas referentes a saldos com partes relacionadas.

De salientar que todas as operações passivas e ativas com entidades relacionadas foram transacionadas de acordo com o preçário normal da Caixa.

O movimento no exercício de 2013 referente a crédito concedido e depósitos recebidos de entidades relacionadas resume-se como segue:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração e Direção Geral	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Empréstimos						
Empréstimos em 1 de janeiro	1.700	1.700	3.936	3.936	27	33
Empréstimos emitidos durante o ano	1.900	2.020	5.377	3.399	62	62
Empréstimos pagos durante o ano	1.850	(1.673)	(4.799)	(2.063)	(66)	(68)
Empréstimos em 31 de dezembro	<u>5.450</u>	<u>1.700</u>	<u>4.514</u>	<u>3.936</u>	<u>22</u>	<u>27</u>
Rendimento de juros	<u>4</u>	<u>8</u>	<u>351</u>	<u>369</u>	<u>1</u>	<u>1</u>
Depósitos						
Depósitos em 1 de janeiro	905	905	329	363	281	244
Movimentos líquidos do ano	(182)	111	1.154	(34)	21	37
Depósitos em 31 de dezembro	<u>723</u>	<u>905</u>	<u>1.483</u>	<u>329</u>	<u>302</u>	<u>281</u>
Custo de juros de depósitos	<u>36</u>	<u>53</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>10</u>	<u>11</u>

6.30 Eventos subsequentes

Não foram identificados quaisquer factos relevantes ocorridos após 31 de dezembro de 2013.

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL EXERCÍCIO DE 2013



No cumprimento das disposições estatutárias, o Conselho Fiscal da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo vem apresentar o seu relatório sobre a acção fiscalizadora levada a cabo no decurso do exercício de 2013, bem como dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas elaborado pelo Conselho de Administração.

Ao longo do ano acompanhámos a gestão nos seus aspetos mais significativos, através de reuniões periódicas com o Conselho de Administração, o Director Geral e o Sr. Provedor da Santa Casa, sendo informados das diferentes políticas seguidas para desenvolvimento da Instituição. Foram ao longo do ano apresentados ao Conselho Fiscal os indicadores mais relevantes da atividade da Caixa Económica e explanadas as principais decisões de gestão. Também foram realizadas reuniões com os Auditores Internos e Externos, para acompanhamento da situação geral da Caixa Económica, sobretudo ao nível do Sistema de Controlo Interno.

Relativamente ao Relatório de Gestão apresentado pelo Conselho de Administração cumpre-nos referir que este documento menciona os factos mais significativos, complementa as contas e esclarece adequadamente a gestão do exercício.

Foram apreciadas todas as demonstrações financeiras e o respetivo anexo.

No respeitante às contas, é nossa opinião que as mesmas foram elaboradas de acordo com as normas legais e princípios contabilísticos aplicáveis, tendo sido certificadas pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas sem reservas e a cujo teor dá o Conselho Fiscal a sua concordância, pelo que representam de forma adequada a situação patrimonial e financeira desta Caixa Económica à data de 31 de Dezembro de 2013.

Confirma assim que os documentos apresentados satisfazem os requisitos legais e estatutários.

O Conselho Fiscal regista o desempenho global da Caixa consubstanciado na obtenção de relevantes indicadores relativos para Depósitos e Crédito, bem como para os resultados a distribuir, sobretudo atendendo ao reportado pelo sector bancário português. Regista, ainda, o alcance de valores sustentáveis e consistentes para os rácios de solvabilidade e Core Tier 1, acima dos

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

referenciais mínimos do Programa de Assistência Financeira e assumidos pelo Banco de Portugal.

Face ao exposto somos de parecer que:

- a) Sejam aprovados o Relatório e Contas respeitantes ao exercício de 2013;
- b) Seja aprovada a aplicação do resultado do exercício, nos termos propostos pelo Conselho de Administração;
- c) Seja lavrado um voto de louvor ao Conselho de Administração, pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo profissionalismo e empenhamento na atividade desenvolvida.

Angra do Heroísmo, 11 de Março de 2014

O CONSELHO FISCAL







Certificação Legal de Contas



Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo ("CEMAH"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2013, (que evidencia um total de 318.075 milhares de euros e um total de capital próprio de 25.489 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.701 milhares de euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas explicativas. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") em vigor, tal como adotadas na União Europeia, com as exceções previstas nos Avisos nº 1/2005, nº 4/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CEMAH, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

Opinião

7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo em 31 de dezembro de 2013, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

24 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



António Alberto Henriques Assis, R.O.C.